



RAPHAELLA REIS PEREIRA

**UMA ANÁLISE SOBRE AS QUESTÕES AMBIENTAIS NAS
EMPRESAS JUNIORES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE
LAVRAS - MG**

**LAVRAS-MG
2022**

RAPHAELLA REIS PEREIRA

**UMA ANÁLISE SOBRE AS QUESTÕES AMBIENTAIS NAS EMPRESAS
JUNIORES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS - MG**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Educação Científica e Ambiental, área de concentração em Educação Científica e Ambiental, para a obtenção do título de Mestre.

Profa. Dra. Rosângela Alves Tristão Borém
Orientadora

**LAVRAS – MG
2022**

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Geração de Ficha Catalográfica da Biblioteca
Universitária da UFLA, com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

Pereira, Raphaella Reis.

Uma análise sobre as questões ambientais nas empresas
juniores da Universidade Federal de Lavras - MG / Raphaella Reis
Pereira, - 2022.

60 p. : il.

Orientador(a): Rosângela Alves Tristão Borém.

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de
Lavras, 2022.

Bibliografia.

1. Pensamento crítico. 2. Práticas sustentáveis. 3. Percepção
ambiental. I. Borém, Rosângela Alves Tristão. II. Título.

RAPHAELLA REIS PEREIRA

**UMA ANÁLISE SOBRE AS QUESTÕES AMBIENTAIS NAS EMPRESAS
JUNIORES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS – MG**

**AN ANALYSIS OF ENVIRONMENTAL ISSUES IN JUNIOR COMPANIES AT THE
FEDERAL UNIVERSITY OF LAVRAS – MG**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Educação Científica e Ambiental, área de concentração em Educação Científica e Ambiental, para a obtenção do título de Mestre.

APROVADA em 08 de Dezembro de 2022.

Prof. Dr. Antônio Fernandes do Nascimento Junior – UFLA

Prof^a. Dr^a. Elisa Reis Guimarães – UFLA

Prof^a. Dra. Rosângela Alves Tristão Borém

Orientadora

**LAVRAS – MG
2022**

Preservar a natureza é a chave para manter o equilíbrio ambiental.

Rafael Nolêto

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer ao corpo docente que sempre esteve me acompanhando em cada passo, a Professora Karen Luz, ao Professor Antônio Fernandes Nascimento Júnior e a Professora Marina Battistetti Festozo.

Agradeço em especial a minha orientadora Professora Rosângela Alves Tristão Borém, que com sua docilidade e maestria soube me direcionar e dar forças para continuar.

Muitas vezes planejamos um futuro que é incerto, inconstante e propenso a mudanças. Quando planejei minha pós-graduação, sempre almejei direcionar para a área ambiental, pois acredito que a Educação Ambiental é libertadora e rica em ensinamentos, principalmente quando a colocamos sob ótica de uma pesquisa.

A Deus, toda honra e toda glória, pois eu não teria chegado ao final dessa pesquisa se não fosse por Ele. Não poderia esquecer de Nossa Senhora Aparecida, por ter intercedido a Jesus por mim, por cada passo e por cada decisão que tomei até aqui.

Gostaria de demonstrar toda gratidão também, aos meus pais que sempre me apoiaram e foram meu alicerce durante todos esses anos de pesquisa. Que mostraram através de seus exemplos coisas que eu não teria aprendido em nenhum outro lugar, se não em meu lar. Agradeço a minha avó Rosa Umbelina Cosa, que para mim é a essência da força e do amor. Obrigada a toda minha família por me apoiarem e por me incentivarem. Em especial ao Dr. Márcio Roberto Silva, meu querido primo que sem dúvidas, foi e sempre será um manancial de conhecimento e exemplo acadêmico para mim.

Dedico essa dissertação também, ao meu amor e aos meus amigos que estiveram presentes em toda a construção dessa pesquisa, que foi uma vitória minha e todos que estiveram presentes.

Obrigada a Universidade Federal de Lavras e Mestrado em Educação Científica e Ambiental por todo conhecimento e disponibilidade me contribuir em minha formação.

RESUMO

A consolidação de uma empresa nos dias atuais, não mais se relaciona unicamente com a possibilidade de ganho e com a lucratividade pura e simples. Ao se estruturar, criar uma empresa, o empresário e toda a sua equipe de gestão, precisam ter em mente os escopos necessários ao comprometimento com o desenvolvimento sustentável da localidade onde está instalada, ao passo que também devem buscar se adequar à uma utilização consciente dos recursos naturais que são usados em seu interior. Nesse contexto, cabe dizer que a Educação Ambiental (EA), pode ser entendida como o meio que direciona o homem e a sociedade para uma edificação sustentável de valores, conhecimentos, habilidades e atitudes voltadas para buscar um bem comum, capaz de estimular a conservação do meio ambiente. E a formação de uma empresa por assim dizer, deve estar em acordo com as demandas sociais que são tão presentes e necessárias a todos na atualidade. Dessa forma, focando no setor empresarial e ambiental, se faz cada vez mais importante incentivar a criação e manutenção de Empresas Juniores (EJs) nas Universidades. Empresas estas que se caracterizam como uma associação civil sem fins lucrativos, formada e gerida por alunos de um curso superior. Vale ressaltar que, nas Empresas Juniores, muitas vezes os discentes começarão a serem preparados para o mercado de trabalho. Essa pesquisa tem como objetivo conhecer e analisar a atuação das Empresas Juniores (EJs) da UFLA no que diz respeito à questão ambiental em seus projetos e na formação dos participantes. Se busca também correlacionar a importância de ações relativas à logística reversa de pós consumo com a ação das Empresas Juniores, como forma de mostrar que essa responsabilidade socioambiental, se conecta com o planejamento e com a estipulação de metas de crescimento, ao que a responsabilidade social dessas empresas, se estrutura a partir de uma ação mais conexa com a construção de um meio social mais justo, igualitário e equânime para todos. A metodologia, baseia-se em uma pesquisa qualitativa com a realização de entrevistas com membros ativos, participantes de Empresas Juniores, que responderam voluntariamente aos questionamentos realizados, e ainda por meio da análise de regimentos e documentos disponibilizados; Os resultados mostraram que a conduta de Empresas Juniores tem, de modo geral, se inclinado aos requisitos de causas ambientais, sendo essa ação reconhecida e aprimorada ao longo de seu desenvolvimento.

Palavras-Chave: Pensamento crítico. Práticas sustentáveis. Percepção ambiental. Consciência ecológica. Ambiência.

ABSTRACT

The consolidation of a company these days is no longer solely related to the possibility of earnings and pure and simple profitability. When structuring, creating a company, the entrepreneur and his entire management team, need to keep in mind the scopes necessary for the commitment with the sustainable development of the locality where it is installed, while they must also seek to adapt to a conscious use of the natural resources that are used in its interior. In this context, it is worth saying that Environmental Education (EA) can be understood as the means that directs man and society towards a sustainable construction of values, knowledge, skills and attitudes aimed at seeking a common good, capable of stimulating conservation of the environment. And the formation of a company, so to speak, must be in accordance with the social demands that are so present and necessary for everyone today. Thus, focusing on the business and environmental sector, it becomes increasingly important to encourage the creation and maintenance of Junior Companies (EJs) in Universities. Companies that are characterized as a non-profit civil association, formed and managed by students of a higher education course. It is worth noting that, in Junior Companies, students will often begin to be prepared for the job market. This research aims to know and analyze the performance of Junior Companies (EJs) of UFLA with regard to the environmental issue in their projects and in the training of participants. It also seeks to correlate the importance of actions related to post-consumer reverse logistics with the action of Junior Companies, as a way of showing that this socio-environmental responsibility is connected with planning and with the stipulation of growth goals, to which social responsibility of these companies, is structured from an action more connected with the construction of a fairer, egalitarian and equitable social environment for all. The methodology is based on a qualitative research with interviews with active members, participants of Junior Companies, who voluntarily responded to the questions asked, and also through the analysis of regulations and documents made available; The results showed that the behavior of Junior Companies has, in general, been inclined to the requirements of environmental causes, and this action has been recognized and improved throughout its development.

Keywords: Critical thinking. Sustainable practices. Environmental perception. Ecological awareness. Ambience.

Sumário

1. INTRODUÇÃO.....	10
2. OBJETIVOS.....	13
2.1. OBJETIVO GERAL.....	13
2.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS:.....	13
3. REFERENCIAL TEÓRICO.....	13
3.1. EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM UM ÂMBITO GERAL.....	13
3.2. EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL.....	15
3.3. PRINCIPAIS ENFOQUES SOBRE A EDUCAÇÃO AMBIENTAL.....	18
3.4. EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA.....	19
3.5. EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM EMPRESAS.....	22
3.6. HISTÓRIA DAS EMPRESAS JUNIORES.....	24
3.7. O ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL E O RELATÓRIO DE IMPACTO DO MEIO AMBIENTE.....	27
3.8. COMENTÁRIO SOBRE A DIRETRIZ ESTADUAL LEI 14.236/10 – PERS E A RESOLUÇÃO N.201 DE 2015.....	29
4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	33
4.1. METODOLOGIA.....	34
5. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	35
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	49
REFERÊNCIAS.....	51

1. INTRODUÇÃO

O aumento da extração e do consumo de recursos naturais, em decorrência dos padrões econômicos, políticos e sociais estimulados pelo atual sistema econômico, leva a uma ampla gama de efeitos negativos diretamente ligados ao meio ambiente, como mudanças climáticas globais, acidificação dos oceanos, perda de biodiversidade, poluição do solo e da água, entre outros (FURTADO, 1974; LEONARD, 2011; ROCKSTRÖM, 2009)

Diante disso, conforme explica Motta (2002), a questão ambiental vem sendo inserida "[...] *na agenda e programas de governo e agendas políticas, no cerne das organizações populares e no planejamento empresarial*". Em nível global, há, por exemplo, a Agenda 2030, que é definida pela Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio +20) e é responsável por renovar orientações e metas com foco no tema, questões ambientais e sustentabilidade. Aborda temas como saneamento básico, gestão de resíduos sólidos e modelos sustentáveis de consumo e produção (UNITED NATIONAL, 2015). No Brasil, as questões ambientais são tratadas principalmente no campo do direito, desde a Constituição Federal de 1988 até leis mais recentes, como o novo Código Florestal Brasileiro, instituído pela Lei 12.651/2012 (BRASIL, 2012).

Correlacionando esse entendimento com a supracitada lei, compreende-se que fazendo uma menção sobre a Questão Ambiental de forma mais geral, para a Educação Ambiental (EA), é necessário explicar que elas não são a mesma coisa. A questão ambiental, é uma preocupação geral e nem sempre há um viés pedagógico e educativo ao tratar dela e quando há, estamos falando de EA.

A importância desse tema se traduz na necessidade de compreender que a Empresa Junior é um elemento essencial na formação de novos profissionais que irão gerir projetos de múltiplas naturezas dentro do segmento empresarial, neste quesito, é essencial que se reconheça o fato de que, é a partir da formação destes profissionais que se terá a possibilidade de promover melhorias consideráveis para a comunidade, por meio de projetos de gestão elaborados por esses profissionais, que já saem conscientes de sua obrigação social e ambiental com o meio em que vivem.

A estrutura do presente trabalho foi organizada com base nos seguintes fundamentos, inicialmente se tem a sua introdução, seguida da apresentação de seus objetivos, apresentação do problema de pesquisa e por fim, a apresentação do referencial e da pesquisa realizada.

Hoje, mais do que nunca, diante desse animado cenário social e político, é preciso (re)pensar a Educação Ambiental em prol de sua valorização, desenvolver perspectivas que considerem o meio ambiente em seus aspectos externos a natureza, ou seja, em suas dimensões histórica, cultural, social e política como este, aprofundando e legitimando a degradação ambiental (TOZONI-REIS, 2019).

Assim, as reflexões teóricas que consideram os constructos publicados sobre o tema, e as práticas que são evidenciadas por Freire (2016) são importantes para este estudo e para a EA ao: explorar abordagens para além do conceito de “bancário”; discutir a transição da consciência ingênua para a crítica por meio de abordagens libertadoras, de resolução de problemas e de fundamentação. A educação, voltada para a superação da opressão e dos efeitos do capitalismo na desintegração entre a humanidade e a natureza; aposta na educação como processo de diálogo, através do qual as pessoas se educam, juntas, por meio do mundo. Não podendo ser reduzidas ao mero nível de expressão de suas emoções; e acreditar em uma educação que priorize o desenvolvimento do pensamento crítico para superar tais situações, refletindo uma preocupação com a injustiça social e a exclusão que afeta as classes laborais de modo geral (FREIRE, 2016; LOUREIRO, 2006).

Na visão da Critical Environmental Education (CEA), a conscientização requer um impulso para explorar a realidade, ação participativa e diálogo para corrigir as relações de dominação e opressão entre as pessoas, com as pessoas e com a natureza, e não deve se basear apenas na condição de reflexão e pensamento sobre a condição de existência sem ação motivadora (LOUREIRO, 2006).

Dessa forma, observando o que foi citado, se compreende que, o Movimento Empreendedor de Base (MEJ), nascido na França em 1967 e vindo para o Brasil em 1988, é um movimento consolidado e organizado a nível internacional, que tem como um de seus objetivos levar o empreendedorismo para as universidades, além da formação acadêmica básica. A missão desse

movimento é formar, por meio da experiência empresarial, empreendedores comprometidos e capazes de colaborar para mudanças, com base nos valores de comprometimento com resultados, sinergia, orgulho de ser MEJ, transparência e atitude empresarial.

É interessante observar que o Movimento de Empresas Juniores (MEJ), cresce a cada ano no Brasil, país com maior número de Empresas Juniores. Segundo Gustavo Pedra, o número de Empresas Juniores no Brasil passou de 119 para 359 no período de 2008 a 2012, chegando atualmente a mais de 900 empresas, em todas as 27 Federações. As principais dificuldades das EJ são o conhecimento em profundidade, em geral, conforme mostra Freire (2016), alcançado só depois de um diploma; a impossibilidade de assinar certos projetos por falta de diplomas e reconhecimento por associações de classe; e a falta de apoio de alguns professores, que na maioria das vezes incentivam mais pesquisas para fins acadêmicos, que a experiência técnico/prática (FERREIRA 2010).

Nesse sentido, essas empresas podem ser vistas como promotoras de jovens futuros empreendedores, o que está alinhado ao posicionamento atual das políticas públicas educacionais brasileiras que priorizam o tema empreendedorismo ao incluí-lo nos currículos das instituições de ensino superior por meio das diretrizes curriculares nacionais do ensino superior (SILVA; SILVA; FRANCO 2013).

Esta pesquisa se coloca em conformidade com as ideias da EA Crítica, pois acredita-se que as demais perspectivas, referentes à responsabilidade das empresas, podem contribuir para despolitizar a pedagogia e a escola, preservando a noção do conhecimento como um processo natural e isolado das funções sociopolíticas da educação. Isso acaba por ocultar as relações de controle e poder que são frutos das estruturas de produção do sistema capitalista. Na EA Crítica, acredita-se que o ser humano é um ser das práxis, conseqüentemente, político em essência. Partindo desse referencial, passa-se aqui a considerar a EA dentro de um ponto de vista crítico, como sendo um espaço de contestação, resistência e transgressão.

A justificativa deste projeto, se dá pela importância de se ter estudos sobre as questões ambientais nas Empresas Juniores da UFLA, já que muitas vezes

esse local é o primeiro contato dos discentes com o mercado de trabalho. Neste ambiente, eles são formados para posteriormente estarem inseridos e aptos para seguirem suas carreiras profissionais. Pensando nisso, faremos essa análise sobre a tratativa dessas questões que se referem à responsabilidade socioambiental e ao comprometimento das ações de Empresas Juniores no que se refere ao seu envolvimento com as questões de conservação ambiental.

Assim, esta pesquisa tem como um de seus focos examinar as práticas sustentáveis das Empresas Juniores e como elas estão inseridas nas concepções sobre Educação Ambiental.

A questão a ser respondida neste trabalho é, de que forma as Empresas Juniores conseguem estipular e cumprir metas referentes aos escopos de responsabilidade socioambiental, fazendo com que a partir de sua ação haja uma promoção de benefícios e melhorias para a comunidade em que esta empresa se encontra presente?

2. OBJETIVOS

2.1. OBJETIVO GERAL

Analisar por meio de pesquisa qualitativa, de que forma as Empresas Juniores realizam ou se comprometem com causas e ações relativas à responsabilidade socioambiental.

2.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- ❖ Apontar por meio de uma pesquisa quali-quantitativa, de que forma as Empresas Juniores conseguem se alinhar com o compromisso de responsabilidade socioambiental implícitos na sociedade;
- ❖ Examinar as práticas sustentáveis das Empresas Juniores e suas ações sociais;
- ❖ Analisar seu engajamento com o desenvolvimento socioambiental;
- ❖ Dissertar a respeito da prática de ações de responsabilidade socioambiental e a sua importância dentro das Empresas Juniores.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1. EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM UM ÂMBITO GERAL

A educação ambiental, de acordo com Freire (2016), se consolida como uma necessidade nos dias atuais, e por isso, é importante que se analise a sua execução em todos os segmentos sociais, inclusive no campo empresarial. Após estudos para a construção desta pesquisa foram identificados numerosos apontamentos, que se confrontam com o período de surgimento dos primeiros movimentos ambientais.

Mas após uma análise minuciosa, essa pesquisa entrou em conformidade com o apontamento apresentado por Mininni (2004), onde menciona que, foi a partir da década de 50 que surgiram os primeiros movimentos que evidenciaram uma preocupação com o meio ambiente, sendo que, em 1947, foi fundada a União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN), na Suíça.

Desde então, conforme Guimarães (2014) menciona em suas pesquisas, começaram a ocorrer manifestações para o desenvolvimento de uma consciência ambiental mundial. Em 1968, foi criado o Clube de Roma, que reuniu cerca de 30 indivíduos, representantes de dez países. Após quatro anos da criação do Clube de Roma, foi realizada a Conferência das Nações Unidas para Defesa do Meio Ambiente Humano, no dia 05 de junho de 1972 (data que hoje corresponde ao Dia Mundial do Meio Ambiente e da Ecologia), em Estocolmo, na Suécia. Nesse importante evento, foram debatidos temas relevantes relacionados à destruição do meio ambiente, por diversos países.

Segundo Mininni (2004), a Educação Ambiental começa a tomar corpo a partir da Conferência de Belgrado, promovida pela UNESCO, em 1975, na Iugoslávia. Nesse encontro, foram formulados os princípios e orientações para o desenvolvimento de um programa de Educação Ambiental que se constituem a partir da adoção de uma postura socioambiental coerente e eficiente com papel conscientizador nas organizações, junto ao compromisso organizacional de se adequar às mudanças e novas demandas presentes no ambiente social.

Aos poucos, a EA começa a se fortalecer, até ganhar maior importância em 1977, com a Conferência de Tbilisi, ocorrida na Geórgia (ex-URSS) que, para Guimarães (2000), apresentou importantes recomendações para o desenvolvimento da EA. Em 1992, ainda conforme Guimarães (2014), ocorreu a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, mais conhecida como Eco-92, no Rio de Janeiro. Desse encontro nasceu a Agenda 21, que é um programa de ação para a implementação dos princípios proclamados pela Carta da Terra, formulada no Fórum Global (evento paralelo à Eco-92, também conhecida como Rio 92) que reuniu milhares de ONG's.

3.2. EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL

No Brasil, a EA desde 1984, se tornou tema de dissertações, sendo a primeira tese de doutorado defendida em 1989 na Universidade de São Paulo (CARVALHO, 2019). Estudos apontam que, em meados dos anos 90, a educação ambiental passou a ser uma parte inserida em diferentes departamentos de pós-graduação. A informação sobre essa produção começou a circular, aumentando o interesse pela sua fundamentação política e pedagógica. Políticas públicas relacionadas com a educação ambiental foram elaboradas, colocando em evidência a urgência de pesquisas.

A educação ambiental estimula o desenvolvimento da postura crítica necessária à conservação ambiental, de modo que se veja como uma importante ferramenta para a construção da cidadania planetária. É por isso que, segundo Ramalho (2015):

Deve agora ser encarada como uma questão sem resposta para os educadores em geral. Não só para os responsáveis pela educação sistemática, que acontece em um ambiente especializado como a escola, mas sobretudo para a sociedade como um todo, por meio de seus representantes, dando exemplos positivos e a negatividade para crianças e jovens se reflete neles na vida cotidiana (2015, p.11).

A educação ambiental brasileira é conhecida por seu compromisso político, pois busca despertar o interesse individual e coletivo pelas questões ambientais e, assim, desafiar a apropriação da natureza e o uso desregrado de seus

recursos. Nesse sentido, tem contribuído não só para a mudança cultural, mas também para a mudança social, por meio de um processo em que questões éticas e políticas se entrelaçam. Portanto, pode-se afirmar que a educação ambiental brasileira tem uma postura política que a atrela à chamada "ciência da atividade" e a contrapõe ao movimento intelectual recente de positivismo (REIGOTA, 2018).

A problemática da EA não consiste em tema recente nas agendas públicas dos governos, entretanto, pouco se tem realizado na implementação concreta de programas, de diretrizes e de políticas com o propósito de incentivá-la e promovê-la, tanto na educação formal, quanto na informal.

O tema do meio ambiente já apareceu no direito brasileiro antes, quando foi aplicado aos órgãos ambientais. A Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que promulga a política nacional de meio ambiente, tratou dessa questão no âmbito do art. 6º: "Os Órgãos e Organizações da União, Estado, Distrito Federal, Território e Municípios, bem como os criados pelo Poder Público, são responsáveis pela proteção e melhoria da qualidade do meio ambiente." Alguns desses órgãos são os Conselhos Federais, Estaduais e Municipais de Meio Ambiente, as Comissões Legislativas Federais, Estaduais ou Municipais dedicadas no todo ou em parte ao meio ambiente, o Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis e outros, IBAMA, Fundo Estadual de Proteção ao Meio Ambiente (FEPAM). Os técnicos dessas organizações propuseram, segundo Pedrini (1998), disposições para a implementação da política de EA no Brasil.

Cabe salientar também que, durante os anos 80 e, principalmente, nos anos 90, vários eventos e conferências internacionais trataram da temática ambiental. Durante a Rio-92, como ficou conhecida a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente realizada no Brasil, foram firmados acordos internacionais e, dentre eles, um documento denominado "Carta Brasileira para a Educação Ambiental". As declarações surgidas a partir das conferências internacionais, segundo Pedrini (1998, p. 15), "são importantes fontes de consulta para a prática da EA, não tanto pelas suas contradições e pressupostos políticos, alguns claramente neoliberais, mas pelos avanços técnicos apresentados nos pressupostos pedagógicos arrolados".

Em 1998, observou-se um “ensaio” de preocupação da inserção ambiental na educação por parte do governo brasileiro, quando o MEC lançou os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), que eram divididos por disciplinas e séries, mas que também traziam um livro intitulado Temas Transversais. Dentre os temas sugeridos neste livro, que refletem problemáticas sociais atuais e urgentes, encontra-se o Meio Ambiente (FREIRE 2016).

Após um longo período a EA começou a receber apoios e incentivos para a construção de um modo de vida ecologicamente correto, necessário à construção de sociedades sustentáveis. O Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA), lançado em 2003, pelo Governo Federal, apresenta como um de seus objetivos: Promover processos de educação ambiental voltados para valores humanistas, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências que contribuam para a participação cidadã na construção de sociedades sustentáveis.

Nos anos que se seguiram, edições do ProNEA, do PPA e outros documentos começaram a inserir a EA em seus programas e ações, por exemplo, a instituição da Política Nacional de Educação Ambiental em 2002, a Conferência Nacional do Meio Ambiente (CONFEMA) – a partir de 2003 com periodicidade anual - entre outros. Dessa forma, é possível perceber que, acompanhando a reforma da educação básica no Brasil, principalmente nos anos 90, a EA vem abrindo caminho nos debates dos educadores e em suas práticas docentes nos espaços escolares.

A educação ambiental crítica nem sempre é vista como um desenvolvimento conceitual ou metodológico de algo que antes era conservador. Na maioria dos casos, é possível analisar que a educação ambiental é vista pela sociedade e por boa parte das empresas, como um oposto, a partir de um referencial teórico diferente, que se acredita sustentar uma forma mais complexa e instrumental de ler o mundo para uma intervenção que contribua para a transformação da realidade, ambiente social complexo.

Ao perceber a realidade como resultado de um movimento dialético/dialógico, no qual o jogo de forças, seus conflitos e sua unanimidade estruturam essa realidade, focalizamos a relação, o movimento recíproco do todo e das partes, em um processo de totalização. Esta é uma abordagem que dificulta a compreensão e interfere nas realidades do meio social, diferentemente da

abordagem anterior, que separa e trata o conflito como algo a ser abolido porque gera confusão.

Do ponto de vista crítico, conflito e equilíbrio de poder são fundamentais na construção dos sentidos, na organização espacial em muitas de suas decisões. E no Brasil tem-se efetuado um papel protagonista nesse debate, e abriga uma rica discussão sobre as especificidades da Educação na construção da sustentabilidade.

3.3. PRINCIPAIS ENFOQUES SOBRE A EDUCAÇÃO AMBIENTAL

É quase impossível separar o cenário econômico, político e social vivenciado, pois contribuiu para o agravamento da devastação do planeta (MÉSZÁROS, 2009). A degradação socioambiental, ocorrendo em todo o mundo, tem gerado novas preocupações entre a população. Ao analisar os fundamentos da construção social, no momento histórico atual, fica claro que o modelo de produção capitalista desenvolvido transformou todos os seres vivos do mundo, vivos ou não, em objetos, produtos comercializáveis na busca incansável do lucro, transformando a terra em um “reino do dinheiro”, dominado por novos faraós da burguesia, e cujos habitantes se tornaram servos (FOSTER, 2015).

O capital se acumula nas mãos de poucos, desumanizando e alienando as pessoas, criando uma cultura com o propósito de acumular riqueza material (LÖWY, 2005). Em suas ações predatórias, as pessoas financiadas destroem a natureza para acumular riquezas e explorar outros humanos, “transformando o mundo inteiro em recurso natural e quem o serve em recurso humano” (FEITOSA; FEITOSA, 2011, p. 271).

Desde que a educação ambiental (EA) surgiu formalmente no cenário mundial após a década de 70 (REIGOTA, 2018), ligada ao movimento ambientalista, ela vem se construindo como um campo de estudos, pesquisas e práxis, e vem sofrendo uma série de modificações. Isso gerou uma diversidade dentro da EA e consumou formas bastante complexas de pensar a área, incluindo seus aspectos epistemológicos, metodológicos e praxiológicos (Loureiro 2006).

No que diz respeito à EA, Carvalho (2019) afirma que existe uma vasta diversidade de concepções sob o guarda-chuva desta denominação. Para

explicitar o ponto de vista adotado neste trabalho, inicialmente, recorreu-se às contribuições de Foster (2015 pg. 13). Este autor afirma que:

Existem dois grandes grupos de concepções de EA: um não crítico e outro crítico. O primeiro agrupamento corresponde às teorias de EA mais tradicionais, as quais apontam para uma concepção predominantemente romântica, biológica e preservacionista. Já a segunda visão faz referência às condutas socioambientais, bem como aos aspectos culturais e políticos que se relacionam com a problemática ambiental.

Ao perceber essas diversas possibilidades que o completo campo da EA pode apresentar tem-se em mente a “[...] *necessidade de pensar a problemática ambiental e a educação ambiental numa perspectiva mais ampla do que a sua dimensão biológica*” (TOZONI-REIS, 2004, p. 85).

Assim, embora existam diferentes formas de se fazer EA, é preciso que se faça uma escolha. A Educação Ambiental Crítica tem inspiração no campo teórico das teorias críticas da educação, desenvolvidas a partir da década de 1970. A ressignificação da EA como crítica estabelece relação com a necessidade de diferenciar uma ação pedagógica progressista, a qual seja capaz de colaborar com a modificação de uma realidade que, historicamente, se coloca em uma grave crise social, ambiental, política e cultural.

No entanto, desde o surgimento do termo “educação ambiental” diversas classificações e denominações vêm esclarecendo conceitos que têm implicações para a prática docente e a reflexão em relação à questão ambiental. Houve um tempo em que se discutiam as características da educação ambiental formal e informal; outros discutem modalidades de educação ambiental, ao ar livre e ecológica; enquanto outros, educam 'para', 'sobre' e 'no' ambiente. E agora, parece que não é mais possível dizer simplesmente “educação ambiental”. Não há como negar que trabalhamos com educação ambiental, embora a palavra contenha significado distinto de Educação (não meio ambiente), mais conhecido, parece não significar mais

3.4. EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA

Para explicar o pensamento por trás deste trabalho, utilizamos a definição de EA crítica proposta por Loureiro et al. (2006): ‘*a educação ambiental crítica,*

transformadora e libertadora nascida da pedagogia crítica, tem seu ponto de partida na teoria crítica da interpretação da realidade social'. [...] Assim, a pedagogia crítica, origem da educação ambiental crítica como a entendemos, é a síntese de propostas educativas baseadas na crítica da sociedade capitalista e da educação como recriadora de relações sociais injustas e desiguais.

A relação entre a teoria da economia política de Marx e o meio ambiente não é nova na literatura sobre o assunto, e apareceu, por exemplo, na obra de Alfred Schmidt (1977). Este autor procurou falar sobre as possibilidades que o materialismo histórico e a dialética material de Marx e Engels podem oferecer para compreender a relação entre o homem e a natureza e entre os próprios homens. Diversos autores compartilham a crença de que o marxismo é fundamental para a compreensão do problema ambiental, bem como para sua superação, como aponta Tozoni Reis (2004, p. 86), “[...] O materialismo histórico-dialético pode ser uma referência metodológica”.

Por "educador ambiental", entendemos o sujeito que realiza uma atividade sistemática de EA, bem como o sujeito que tem uma profissão capaz de desenvolver o aspecto educacional existente nas relações culturais. Uma limitação da visão não científica da EA é sua associação com forte biocentrismo, que afasta a proposição sistemática da relação que indica a singularidade humana. Ao ignorar a especificidade histórica e cultural das pessoas, “podemos retornar ao funcionalismo orgânico, em que ocorrem mudanças para o bom funcionamento do sistema (nas condições sociais contemporâneas, o capitalismo)” (LOUREIRO, 2006, p. 138).

O resultado dessa visão da EA é um pensamento politicamente conservador. É importante ressaltar que não queremos avançar para uma posição epistemológica baseada no humanismo, mas no metabolismo entre homem e natureza, como sugere Moura (2007).

Nesse sentido, uma educação desse ponto de vista pode contribuir para o cumprimento da função social de “adaptar e aceitar um certo modo de organização social como se fosse pré-histórico ou 'natural' (em parte porque é)” (op. cit., pág. 138). Assim, a abordagem acrítica perde seu caráter histórico, minando sua capacidade revolucionária de construir um projeto de sociedade alternativa ao capitalismo e de práticas educacionais críticas e liberais.

A forma predatória de expansão do capital, alcançada através da exploração da natureza e da produção de mais-valia, é um poderoso poluidor, produz armas de destruição em massa, produz desemprego em massa e uma crise estrutural do capitalismo (MÉSZÁROS, 2009).

Por isso, os defensores do marxismo ecológico argumentam que para superar o momento atual e suas graves consequências socioambientais, é preciso criar outra forma de produção de mercadorias. Nesse processo de superação do capitalismo, a educação desempenha um papel fundamental na formação de métodos educativos que criem atores capazes de mudanças sociais (MÉSZÁROS, 2009).

Para Löwy (2005 pg. 9), a proposta de um ecossocialismo seria a construção de uma *“sociedade ecologicamente racional baseada no controle democrático, igualdade social e valores de uso compartilhado”*.

Vivemos em um mundo onde a forma como pensamos e organizamos mentalmente o funcionamento da realidade é influenciada pelo legado de René Descartes, um matemático e filósofo francês do século XVII (GREIG; PIKE; SELBY, 1989). Descartes propôs um novo sistema de pensamento que se tornou tão influente no mundo ocidental que o autor é considerado o pai da filosofia moderna (CAPRA, 1999).

Era preciso libertar a ciência dos poderes mitológicos e religiosos, bem como dos saberes filosóficos e subjetivos que prevaleciam na época (MORIN, 2017). Para Habermas (1995, p. 175), essa emancipação significa “a transformação do mundo”, ou seja, um processo pelo qual a unidade do pensamento tradicional se divide em três domínios culturais distintos: válido, objetivo, subjetivo e relevante, com a valorização do antigo e a desvalorização dos demais.

Como resultado, nesse processo, a objetividade do real é pesquisada através da fragmentação do pensamento, o uso de línguas objetivas (matemática) e a separação entre temas e objetos, proporcionará garantia da posição de o tipo de contaminação da verdade não poluída (JACONI, 2016).

Em geral, os princípios do pensamento do nascimento consideraram realidade como formado por unidades separadas, insignificantes e imutáveis, existência independente em diferentes áreas de espaço e tempo e interação para

não mudar sua natureza essencial (BOHM, 2015). Portanto, considere que o mundo de Descartes é um mundo mecânico, como as engrenagens da máquina (FARO 2019).

O materialismo dialético marxista não considera a matéria e a consciência como duas categorias separadas, mas como dois aspectos inseparáveis de uma mesma essência. Para Marx, o mundo do homem não é uma ideia pura ou apenas matéria, mas uma síntese dialética de ideias e matéria que só pode existir a partir da transformação da realidade segundo um plano, ideias previamente idealizadas na consciência. Portanto, as categorias resultantes da dialética de Marx são “[...] produtos de ideias e conceitos; não é de modo algum um produto do conceito que pensa, cria e opera fora e acima da intuição e da representação, mas é a construção da intuição e da representação em conceitos (GUIMARÃES, 2014, p. 259).

Do ponto de vista de Freire (2016), o materialismo dialético histórico, pode-se entender que a organização da economia em uma sociedade capitalista afeta tudo o que ocorre em outras esferas sociais, incluindo a natureza, a educação e a cultura. Portanto, as atividades escolares devem ser compreendidas, não apenas de acordo com o modelo comum de interação social em sala de aula, mas também de acordo com o modelo mais amplo de relações socioeconômicas na estrutura social da qual a própria escola faz parte.

3.5. EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM EMPRESAS

As questões ambientais não são um tema recente, mas foi apenas nas ao final do século XX que começou a ser profundamente debatida (SEIFFERT, 2005; BARBIERI, 2004). Trata-se de uma discussão ambiciosa, que deve envolver o poder público, as empresas, a sociedade em geral e a área acadêmica (THOMAZ 2016).

De fato, mitigar os problemas ambientais atuais exige que a academia integre a ecologia em suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, a fim de promover a educação ambiental transdisciplinar, o que é um desafio e uma obrigação social, profissional e acadêmica. Algumas empresas passaram a incluir o aspecto ambiental em suas operações (FERREIRA; GONZALEZ 2019).

No entanto, a introdução dessa variável dentro da empresa não é feita de maneira uniforme, variando de unidade para unidade de produção, pois se levar em consideração a variável ecológica, será observado que a mesma está relacionada à natureza da variável, das operações da empresa, ou porque depende do nível de conscientização da alta administração em relação às questões ambientais (VELASCO, 2017).

A percepção ambiental da empresa pode, portanto, ser avaliada sob a ótica de vários estágios evolutivos, que derivam das recomendações e exigências implícitas nas demandas sociais. Compreender a gestão ambiental corporativa por meio de taxonomias é uma forma estruturada para empreendedores e pesquisadores refletirem sobre a situação organizacional atual e planejarem as atividades ambientais futuras. Assim, percebe-se a importância de trabalhar a questão de forma ampla, em todos os setores, instituições, inclusive nos ambientes empresariais.

Para que as empresas implementem um sistema de gestão ambiental, é necessário reformar a estrutura organizacional e a cultura da empresa, desde a forma de produção. Passando pela manutenção e redução dos resíduos que ela gera, passando pela conscientização de todos os integrantes da empresa, por meio da análise dos impactos ambientais causados por ela, bem como do uso consciente dos recursos naturais, dentre os segmentos que a outra faz.

Para Viterbo Júnior (2008, p. 15):

A gestão ambiental nada mais é do que a forma como uma organização administra a relação entre suas atividades e o ambiente em que está inserida, observando as expectativas dos stakeholders [...] o gerenciamento de proteção é o negócio, não o meio ambiente. Somente melhorando nossos produtos, processos e serviços podemos reduzir seu impacto ambiental.

Com base nessa consideração, fica claro que o investimento em ações educativas, diretamente relacionadas às pessoas, é necessário para promover o desenvolvimento da consciência ambiental. [...] O programa de educação ambiental deve ser um conjunto sistemático de atividades com a participação ativa de diferentes partes da empresa e ajudar a desenvolver indicadores ambientais e operacionais. Apenas demonstra as vantagens do programa de educação ambiental, bem como da Gestão Ambiental próprio sistema.

Só assim podemos realmente tratar a educação ambiental como uma ferramenta fundamental do Sistema de Gestão Ambiental e não como um programa isolado com um propósito nobre, mas distante da realidade das operações da empresa e do meio ambiente e sempre fácil de ser visto como o primeiro item a ser cortado nas revisões orçamentárias (LEONARD, 2011).

Um dos principais problemas enfrentados pelas organizações é a visão de que a maioria das organizações é extremamente fragmentada, segmentada ou atomizada. Isso leva a conflitos operacionais e desentendimentos que reduzem os esforços resultantes. O que precisa ser aplicado em uma organização é uma visão sistemática, global e holística que possa visualizar as relações de causa e efeito, ponto inicial, ponto médio e ponto final, ou seja, a relação recíproca entre os recursos e os valores obtidos por eles. As questões ambientais exigem respostas e ações compatíveis com uma nova era de ética e responsabilidade cívica em suas decisões (MASTOKI; FRANÇA, 2006).

Para a gestão ambiental, temos o sistema de gestão ambiental (SGA) nas empresas, segundo Giesta (2009), ele é discutido como uma opção para alcançar uma melhor relação entre o aspecto economia empresarial e a conservação ambiental. O crescente interesse pelas questões ambientais levou à criação da Organização Internacional de Normalização (ISO). A série de padrões ISO 9000 está relacionada a programas de gestão da qualidade. A série de normas ISO 14 000 trata de sistemas de gestão ambiental. Trata-se de um conjunto de normas para orientar e certificar as empresas que buscam a qualidade ambiental, traçando padrões de desempenho com base na política ambiental.

Em relação às normas ambientais, Moura (2011, p. 5) disse que: A primeira norma desta série de normas é a ISO 14001, que especifica especificações para a certificação e avaliação dos sistemas de gestão ambiental de uma organização [...]. *Esta norma foi publicada em caráter experimental em 1992, passou dois anos sendo avaliada por empresas [...]* e teve sua edição final publicada em 1994.

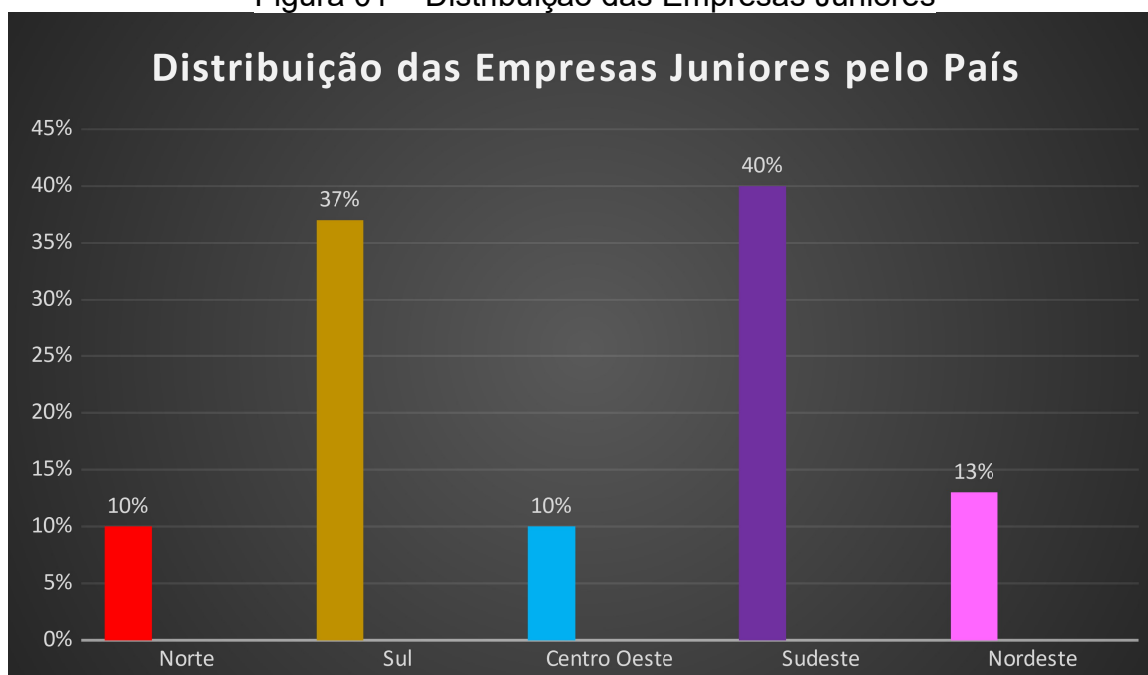
A relação entre crescimento econômico e meio ambiente é há muito contestada. No entanto, a degradação dos recursos naturais renováveis e não renováveis, a poluição (água, solo, ar) e a criação de situações em que o risco de desastres ambientais tem aumentado nas últimas décadas.

3.6. HISTÓRIA DAS EMPRESAS JUNIORES

A Empresa Júnior (EJ) é uma associação sem fins lucrativos, localizada nas universidades, que disponibiliza vagas acadêmicas no mercado de trabalho antes da obtenção do diploma. Segundo Ziliotto e Berti (2012, p. 213) “A EJ proporciona a aplicação prática de conhecimentos teóricos no campo prático de formação que os alunos têm na universidade”. Além de desenvolver uma atitude séria em relação às questões apresentadas pelo cliente, a EJ também promove a responsabilização, a capacidade de negociação e o trabalho em equipe (OLIVEIRA, 2017).

No Brasil, se tem de acordo com dados do Ministério da Educação, apresentados na Figura 01, que se analisa a presença de Empresas Juniores em universidades públicas e privadas espalhadas por todo o país, um quantitativo relevante dessas organizações como pode ser analisado no gráfico 01 a seguir:

Figura 01 – Distribuição das Empresas Juniores



Fonte: Banco de dados do Ministério da Educação

Com os dados apresentados, observa-se que a disponibilidade de Empresas Juniores pelas universidades públicas e privadas espalhadas pelo país se concentra em sua grande maioria entre as regiões sul e sudeste, ficando a

região nordeste com o terceiro maior índice e as regiões centro-oeste e norte com um percentual de 10% cada uma.

Independentemente de sua relevância, elas constituem um espaço de aprendizagem pouco explorado pelas IES (Instituições de Ensino Superior) e devem ser revividos, tendo em vista os benefícios que trazem a todos os interessados (ANDRADE, 2009).

Embora a EJ seja uma fonte de material de aprendizagem teórica atrelada às experiências de situações da vida real no campo da formação de jovens estudantes e seja de considerável importância para eles, a disponibilidade de informação e conhecimento sobre este tema ainda é limitada (VASQUEZ, 2012). Portanto, é importante traçar um panorama teórico do papel da EJ na formação de estudantes universitários, a fim de contribuir para uma melhor compreensão de suas singularidades.

O MEJ foi estabelecido na França em 1967 como resultado de um projeto do governo francês para promover a criação de novos negócios (Concentro, [n.d]). Em 1969, mais de vinte EJs atuantes na França formaram a Confederação Nacional de Empresas de Base (CNJE), com o objetivo de promover e representar as EJs na França e proteger e defender a marca EJ no país, para garantir a qualidade dos estudos realizados por essas associações. Na década de 1980, esse movimento, que inicialmente era formado apenas por estudantes de administração, se espalhou para outras áreas, como arquitetura, engenharia, entre outras (MATOS, 1997).

As EJ's são constituídas de alunos matriculados em cursos de graduação em instituições de ensino superior, organizados em uma associação civil com a finalidade de realizar projetos e serviços que contribuam para o desenvolvimento do país e de formar profissionais capacitados e comprometidos com esse objetivo (Brasil Júnior, 2014). Sem foco no lucro, a moeda de troca das EJ's é o conhecimento, já que ele é almejado em cada projeto realizado pelos alunos empresários (Batista et al., 2010). Assim, essas Associações têm sido compreendidas como um lócus interessante de aprendizagem para os seus membros, sendo relevantes para além do aprimoramento das competências profissionais dos empresários juniores, quanto na sobrevivência, continuidade e prosperidade da EJ no mercado (BARRETO et al., 2013).

A participação dos discentes nas atividades oferecidas pelas EJs no período acadêmico torna-se estimulante, pois complementa o ensino em sala de aula e auxilia na inserção do aluno no mercado de trabalho, ampliando seus conhecimentos, habilidades e técnicas.

A EJ contribui para a formação de empreendedores relacionados à criatividade e inovação, pois sua exposição direta às organizações despertará o interesse em se tornarem fundadores de empresas. “A associação entre a Empresa e a Universidade é extremamente benéfica, e não só para os discentes, mas para a própria Universidade” (SOBREIRA, 2001, p. 57).

Do ponto de vista institucional, as universidades sentem a principal vantagem de incentivar EJs, pois a qualidade da formação de alunos e ex-alunos impulsiona a instituição. A necessidade de organização aumenta não só pela presença das EJs, mas através dele, pode-se vender uma imagem positiva da organização (MATOSKI; FRANÇA, 2006).

A EJ possibilita aos seus membros a identificação de falhas e oportunidades no mercado de trabalho, antes mesmo de fazerem parte dele (DALMORO et al., 2008). Assim, torna-se mais fácil fazer proposições e encontrar portas abertas nos lugares corretos. Os estudantes que atuam em EJs tendem a ser capacitados muito além da graduação. Essa capacidade de aliar teoria à prática vai construindo uma postura maior em cada uma das pessoas que estão no MEJ.

3.7. O ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL E O RELATÓRIO DE IMPACTO DO MEIO AMBIENTE

Gigante (2016) cita que, em conformidade com o artigo 225, §1º, inciso IV da Constituição Federal de 1988, o Estudo de Impacto Ambiental é exigido: “*Na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade*”.

Trata-se na verdade de um estudo que procura assegurar de modo efetivo, um meio ambiente equilibrado no ponto de vista ecológico. A elaboração desse tipo de

estudo deve acontecer anterior à execução de atividades de grande potencial poluidor, por causa disso, a sua natureza de exigência previa.

Bosquesi (2018) reitera que, mesmo sendo um estudo anterior à execução de uma obra, nada afasta a possibilidade de um estudo no decorrer da execução de uma ação de grande impacto poluidor, como forma de confirmar as estimativas que foram realizadas.

De acordo com Araújo (2015) o Relatório de Impacto Ambiental - RIMA, tem por escopo a retratação das conclusões e previas que foram retratadas no EIA. Trata-se de um documento redigido de forma objetiva e de facilitada compreensão, onde se tem como recurso a ilustração de mapas, gráficos e demais recursos que possibilitem o entendimento do que está escrito: são seus objetivos.

- 1 - Objetivos e justificativas do projeto e sua relação com políticas setoriais e planos governamentais.
- 2 - Descrição e alternativas tecnológicas do projeto (matéria prima, fontes de energia, resíduos etc.).
- 3 - Síntese dos diagnósticos ambientais da área de influência do projeto.
- 4 - Descrição dos prováveis impactos ambientais da implantação da atividade e dos métodos, técnicas e critérios usados para sua identificação.
- 5 - Caracterizar a futura qualidade ambiental da área, comparando as diferentes situações da implementação do projeto, bem como a possibilidade da não realização do mesmo.
- 6 - Descrição do efeito esperado das medidas mitigadoras em relação aos impactos negativos e o grau de alteração esperado.
- 7 - Programa de acompanhamento e monitoramento dos impactos.
- 8 - Conclusão e comentários gerais.

Tendo em vista os seus objetivos apresentados, chega-se ao entendimento de que a estruturação de um RIMA tem como meta o enriquecimento quanto a compreensão do que foi abordado no EIA, uma vez que a descrição de efeitos esperados sobre uma ação com alto poder de impacto, tende a viabilizar ações de prevenção para redução desse impacto e de conscientização para o acúmulo de forças na sociedade quanto à adoção de medidas que precisam ser adotadas no campo coletivo.

3.8 DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DE PÓS-CONSUMO

Em Barboza (2015) se encontra o entendimento sobre o diagnóstico da situação dos resíduos sólidos no processo de pós-consumo, o autor enfatiza que, há a necessidade de se observar uma mutação comportamental no âmbito social, que apesar de lenta, migra paulatinamente para a conscientização quanto ao consumo inteligente e sustentável dos mais diversos produtos.

Contemplando então essa questão no cenário brasileiro, pode-se compreender com isso a indispensabilidade desse tipo de ação, tendo em vista que, a produção de resíduo sólido conforme expõe o próprio Azevedo (2017) vem crescendo a cada ano.

Ao demonstrar esses dados, Azevedo separa os resíduos, classificando os mesmos em resíduos de pequeno porte e de grande porte. A sua estimativa a partir do ano de 2018 é de que a produção de resíduo de grande porte aumente em relação à produção de resíduo de pequeno porte. Certamente as ações que se observa quanto aos planos de responsabilidade socioambiental, são mais destinadas aos resíduos de pequeno porte, isso porque essas ações alcançam tanto grandes empresas, organizações governamentais e a população em geral, o que por sua vez implica em um número maior de quantidade de resíduos de pequeno porte destinado ao reaproveitamento.

No campo dos resíduos, essa tendência ainda engatinha e encontra uma série de dificuldades, no entanto, é necessário que se perceba que, com a adesão outros segmentos para o consumo sustentável de produtos diversificados, fica mais fácil a conscientização da população e de empresas de pequeno, médio e grande porte sobre a viabilidade das ações de preservação e sobre o descarte correto de vários produtos. (BEILER 2019)

Para Azevedo (2017), esse comprometimento tem se mostrado nos dias atuais como uma ferramenta que, sob correto gerenciamento, tem se mostrado uma forma eficiente dar um fim correto a um produto e de fazer com que se tenha formas diferenciadas de se dar uma correta destinação aos mais variados produtos no cenário nacional. Nesse sentido, o autor faz entender que desde as primeiras ações de conscientização quanto à coleta seletiva de lixo, se plantou o entendimento sobre o fato de que é importante e necessário separar o lixo que se produz, seja no ambiente doméstico ou comercial, validando assim a sua correta destinação.

Nesse sentido, pode-se então concluir que a condição de tratamento de resíduos no Brasil está em desenvolvimento, ou seja, já existem ações que estão voltadas para o tratamento desse tipo de resíduo, como forma de apoio à expansão desse tipo de ação, se tem então o processo de conscientização e adesão das medidas necessárias para a efetivação de uma postura de preservação coletiva (CHAVES ET AL 2019).

3.8. COMENTÁRIO SOBRE A DIRETRIZ ESTADUAL LEI 14.236/10 – PERS E A RESOLUÇÃO N.201 DE 2015

Em seu artigo primeiro fica claro o escopo central da Política Estadual de Resíduos Sólidos, onde se observa a implantação de diretrizes que são aplicadas para o tratamento de resíduos sólidos neste estado. As diretrizes trazidas nessa lei, de certa forma se assemelham com as diretrizes trazidas na Política Nacional de Resíduos Sólidos, desse modo, em seu artigo 3º, é possível observar que, no referente ao enquadramento de resíduos sólidos, são apresentadas as categorias adiante apresentadas:

Art. 3º Os resíduos sólidos enquadram-se nas seguintes categorias:

I - Resíduos urbanos: provenientes de residências, estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços, da varrição, de podas e da limpeza de vias, logradouros públicos e sistemas de drenagem urbana passíveis de contratação ou delegação a particular, nos termos de lei municipal;

II - Resíduos industriais: provenientes de atividades de pesquisa e de transformação de matérias-primas e substâncias orgânicas ou inorgânicas em novos produtos, por processos específicos, bem como, os provenientes das atividades de mineração e extração, de montagem e de manipulação de produtos acabados e aqueles gerados em áreas de utilidade, apoio, depósito e de administração das indústrias e similares, inclusive resíduos provenientes de Estações de Tratamento de Água - ETAs e Estações de Tratamento de Esgoto - ETEs¹;

Cavalcante e Butel (2017) explicam que, ao separar em duas categorias os resíduos produzidos no estado, a lei 14. 236/2010 simplifica a compreensão conceitual quanto aos resíduos sólidos e aponta uma segmentação bilateral quanto a estes. Assim, os resíduos produzidos são, conforme a supracitada lei de

1 Disponível em: <http://www.abema.org.br/site2017/wp-content/uploads/2017/04/Lei-14236.pdf>

origem industrial devido a sua origem. Essa classificação se faz necessária tendo em vista a forma como estes resíduos devem ser tratados, por tal motivo, é pertinente que na estruturação de um plano logístico seja dado tratamento próprio para o resíduo em questão, conforme a sua origem.

Observando a exposição destes objetivos, percebe-se a essencialidade deles no processo de análise do plano, procurando constatar a similaridade das ações deste com os objetivos da lei estadual que o regulamenta.

Em Fernando (2016), se pode observar o entendimento de que, a estruturação de um plano logístico em uma organização governamental ou não, deve ocorrer conforme os preceitos legais que regulamentam tal ação. Isso porque a criação de plano logístico não é um processo de ação mercadológica que pretende mostrar uma ação benéfica para o mundo. Se enquadrar nesse novo cenário de sustentabilidade e de responsabilidade social é uma necessidade de todos, e para tanto, deve ocorrer conforme ditames legais.

Observando então o entendimento mostrado acima, consegue-se perceber que, a estruturação de uma normativa que busca regulamentar as ações tem como escopo a padronização e sincronização dessas ações, como pressuposto ao êxito das ações de preservação e sustentabilidade (FEBRAC 2018).

Para finalização deste referencial teórico, se tem a análise da resolução 201 de 2015 que possui um papel muito importante quanto a edificação de uma consciência coletiva de mudança na questão comportamental acerca da preservação, sustentabilidade, preservação ambiental e consumo consciente.

De acordo com o exposto nessa medida, os órgãos poder judiciário ficam obrigados a partir desta resolução, a adotarem um modelo de gestão que se estruture na promoção da sustentabilidade ambiental, econômica e social.

Observando todos estes pontos, compreende-se que, a estruturação de um plano logístico tende a contemplar uma série de ações que envolvem o desenvolvimento econômico, ambiental e social de uma unidade. Essa contemplação se deve ao fato de que, ao estipular medidas, é crucial que se compreenda que para que estas de fato surtam efeitos esperados, é implícita e indispensável a adesão dos novos parâmetros sobre os quais essa nova estrutura se edifica. (MUÁ 2016)

Nesse sentido, Pereira (2018) evidencia que, consolidação de um planejamento precisa no decorrer de sua estruturação, por em análise as medidas que deverão ser tomadas, observando a passividade de adesão dessas pelos sujeitos aos quais essas medidas serão apresentadas. Nesse sentido, considera-se relevante a normativa apresentada na resolução 201 de 2015, onde se tem o apontamento de considerações e a apresentação das medidas que justificam a sua própria estruturação, ao mesmo passo em que fica livre para cada tribunal, a criação do seu próprio plano logístico.

Desta feita, a criação do plano segue sim uma orientação legal apresentada na lei estadual que implementa a Política Estadual de Resíduos Sólidos, a Lei 14.236/2010 em consonância com as considerações apresentadas na resolução 201 de 2015, ao mesmo passo que adéquam as suas medidas e parcerias de acordo com o seu quadro de necessidades.

No decorrer de toda essa abordagem tem se falado sobre responsabilidade socioambiental e a sua necessidade de implantação em todo o cenário nacional, como sendo um fator motivador para a preservação ambiental, para o consumo sustentável e para o desenvolvimento socioeconômico.

Tendo a ratificação e conformidade da postura apresentada em relação ao exposto, passa-se à análise de dados que são evidenciados nos relatórios emitidos. De acordo com os resultados de relatório emitido, ao se tecer um comparativo entre as metas estipuladas para cada ação contida, consegue-se observar resultados positivos em ações no âmbito geral.

A estruturação de um plano pode ser realizada conforme Cavalcante e Butel (2017), por meio de ações direcionadas à produção de positivos produzidos e que influenciarão positivamente o meio ambiente.

Compreende-se então que a relevância da responsabilidade socioambiental em um contexto geral, e como item pertinente ao desenvolvimento sustentável de uma comunidade que carece permanecer evoluindo e fazendo uso coeso de produtos que fazem a diferença no contexto evolutivo como um todo. Ao se pensar etimologicamente a questão responsabilidade, se chega a compreensão que seu sentido se relaciona com o entendimento primário que se tem sobre esse termo, sendo enfatizada a capacidade de organização de um processo que contemple o fechamento correto do ciclo de vida de um produto.

Desse modo, é possível dizer que, quando se refere ao comprometimento das E.J., se consegue compreender que a natureza desse plano não se limita à administração de descarte de resíduos, mas sim, à grande variedade de resíduos produzidos, sendo todos estes abordados de forma detalhada nos relatórios emitidos, nos quais se tem com clareza as metas estipuladas, os dados realmente alcançados e toda uma gama de informações que relacionam o êxito ou insucesso das ações empreendidas.

Desta feita, a efetividade das ações apresentadas em relatório, são confirmadas na prática, com um ajuste comportamental dos servidores que, por meio de tal ação, adéquam suas ações também no plano particular, para consolidar seu modo de ação frente à preservação do meio ambiente. Com isso se consegue perceber uma procura constante de melhoria no que se refere às ações implementadas, mesmo que, conforme o servidor que respondeu ao questionário proposto, haja ainda a inexistência de pontos cruciais para a divulgação dos dados obtidos, como por exemplo, a criação de relatórios, EIA e RIMA.

Resta claro que a estruturação do plano logístico tal qual se apresentou no decorrer desse texto dissertativo, tem produzido resultados consideravelmente favoráveis no que se refere ao quantitativo de resíduos que deixaram de ser descartados indevidamente. Por fim, a validação desse tipo de ação fica positivamente confirmada, deixando em destaque o fato de que, mesmo com o claro apontamento de que há sim, muito a ser feito, é notável a melhoria apresentada pela unidade, no que se refere ao correto descarte de resíduos sólidos no meio ambiente.

4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

De acordo com Lakatos e Marconi (2010), a investigação qualitativa possui cinco características: a) o fato de o investigador constituir-se em instrumento principal de ação, sendo o ambiente natural a fonte direta de dados; b) a presença e o destaque dado à descrição; c) o interesse dos investigadores em focalizar mais o processo do que simplesmente os resultados ou produtos; d) a tendência

de os investigadores em analisar os seus dados de forma indutiva e, por fim, e) a importância vital dada ao significado da pesquisa realizada.

Serão realizadas entrevistas que fundamentam na metodologia de Entrevista Compreensiva de Kaufmann, contemplada nesta pesquisa, o processo de desvelamento do objeto de estudo se constrói pouco a pouco por meio de uma elaboração teórica que aumenta, dia após dia, a partir de hipóteses forjadas no campo da pesquisa. Deveria, assim, realizar uma articulação criativa e o mais estreita quanto possível entre os dados e as questões – hipótese.

Encontrava nessa metodologia um caminho aberto à reinvenção no processo de desenvolvimento do trabalho a partir de uma relação, em tríade constante, entre o eu (pesquisador), os sujeitos/autores/atores com suas falas sobre o conceito “educação cidadania”, no Brasil, e as teorias necessárias. Além de articular formas tradicionais de entrevista semiestruturada com técnicas de entrevista de natureza mais etnográfica.

Isto na medida em que a entrevista compreensiva é o culminar técnico e epistemológico do processo de *criativização* a que o uso das técnicas de entrevista tem sido recentemente sujeito na pesquisa social. Já não é necessariamente concebida como uma técnica neutra, padronizada e impessoal de coleta de informação, mas como resultado de uma *composição* (social e discursiva) a duas vozes, em diálogo recíproco a partir das posições que ambos os interlocutores ocupam na situação específica de entrevista (de interrogador e de respondente) (FERREIRA, 2010).

Adotou-se também a pesquisa exploratória, que se caracteriza pela especulação de temáticas que tenham pouco conhecimento acumulado e sistematizado. “Por sua natureza de sondagem, não comportam hipóteses que, todavia, poderão surgir durante ou ao final da pesquisa” (VERGARA, 2000, p. 47).

Além da disponibilidade dos discentes e gestores em responder a entrevista de forma coesa e legítima e da disponibilidade dos documentos das Empresas Juniores que não constam no site.

4.1. METODOLOGIA

Inicialmente foi feito um levantamento dos documentos disponíveis no site da UFLA, da PROEC e nas páginas individuais das Empresas Juniores. Onde foi

buscado encontrar menções sobre as questões ambientais. Foi realizada uma análise crítica, para identificar e averiguar como é trabalhada essa questão no dia a dia dessas empresas e como elas interferem no processo formativo dos membros que fazem parte das EJ's.

As palavras chaves se basearam nos termos: Pensamento crítico; Práticas sustentáveis; Percepção ambiental; Consciência ecológica; Ambiência. Após selecionadas essas palavras, pesquisamos nas plataformas de pesquisas acadêmicas publicadas.

No terceiro momento, os Gestores passarão por uma entrevista, onde buscou-se entender: (I) Como a sua Empresa Junior entende as questões ambientais? (II) Em um panorama geral, vamos verificar como a questão ambiental é trabalhada na EJ. (III) Gostaríamos de saber relatos do dia a dia e de projetos voltados para a questão ambiental presente em seu cotidiano. (IV) E Por fim, ver se eles participam ou participaram de algum projeto, palestra, simpósio sobre meio ambiente. E se sim, qual?

A seleção para os entrevistados, se deu por meio do contato com o gestor de cada empresa júnior. Mas das 16 EJ's que se tentou um contato, foi obtido o retorno de 8 discentes que ocupam o cargo de gestão dentro de suas respectivas Empresas Juniores.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Inicia-se a análise dos resultados alcançados com a realização das entrevistas feitas com a equipe diretiva, ou responsáveis apontados pelas Empresas Juniores que integram o presente estudo esclarecendo que cada uma delas segue os seguintes critérios apontados:

- ❖ São constituídas e identificadas como Empresas Juniores.
- ❖ Todos os participantes entrevistados concordaram em responder voluntariamente à pesquisa.

Sobre as perguntas realizadas, como não se tratava de uma entrevista com perguntas semiestruturadas, buscou-se saber por parte dos respondentes, contextos como os que são apresentados no quadro que segue adiante exposto:

PERGUNTAS

De que forma a empresa executa suas ações de responsabilidade socioambiental?

Quais as principais ações já executadas pela empresa referente a esse tema?

A empresa possui projetos que se relacionem com esses princípios?

A empresa tem a meta de se envolver em ações de cunho social e ambiental?

A empresa possui participação ativa em campanhas humanitárias?

A empresa tem metas para se enquadrar em ações de responsabilidade socioambiental nos próximos anos?

A empresa realiza um balanço anual de suas ações relativas a essa responsabilidade socioambiental?

Mesmo havendo a autorização dos participantes para gravação da entrevista no decorrer da participação na amostragem e tratamento das informações recolhidas se adota os critérios éticos de tratamento de dados e informações e a identidade dos participantes é preservada. Os áudios das gravações seguem disponíveis e preservados, e em caso de necessidade de conferência de informações, a autora disponibiliza os mesmos quando solicitada.

Atualmente a UFLA tem sobre o seu portfólio 16 Empresas Juniores, e dentre estas foi possível entrevistar representantes de 08 destas empresas. Observou-se após um estudo individualizado, que Empresas Juniores que estão vinculadas a cursos que mexem com resíduos sólidos e impactos diretos ao meio ambiente, em sua maioria possuem projetos e uma preocupação com o impacto ambiental. Mas as empresas que lidam com diversos cenários que não estão diretamente ligados ao meio ambiente, estas não tem inseridos em seus projetos, contextos, documentos..., nada sobre uma consciência sobre as questões ambientais. Deve ser ressaltado que, ao final das entrevistas, foram questionadas sobre o quão preparadas elas estavam para serem inseridas no mercado de trabalho e para lidarem com questões sustentáveis em um âmbito ambiental ou socioambiental e de forma unânime, nenhuma se sentiu preparada para trabalhar futuramente com essas questões. Esperava-se que nas EJ's, houvesse uma

Educação Ambiental, afim de preparar os discentes para o mercado de trabalho, mas como foi comprovado nesse estudo, eles não se sentem preparados.

Das 08 Empresas Juniores entrevistadas:

5 das EJ's, estavam vinculadas a cursos que não mexem com resíduos e impactos diretos para o meio ambiente, ou não estavam ligadas a cursos da área do meio ambiente;

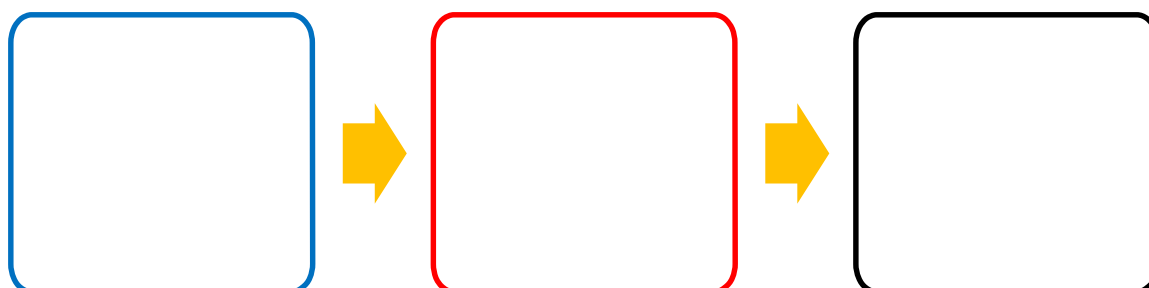
2 das EJ's entrevistadas, eram cursos que mostraram que possuem projetos de cunho ambiental, devido o descarte de resíduos na natureza e por serem empresas diretamente ligadas a cursos ambientais;

1 Empresa Júnior, era de um curso voltado para área ambiental, mas não se tinha até então nenhum projeto, preparação ou preocupação sobre as questões ambientais;

Todas afirmaram que se sentem inseguras para estarem inseridas no mercado de trabalho e lidar direta ou indiretamente com as questões ambientais. Todas EJ's se mostraram interessadas e abertas para aprenderem e posteriormente estarem trabalhando com questões ambientais no ambiente de trabalho.

Desse modo, parte-se ao entendimento de que, mesmo que a formação de uma Empresa Júnior seja dinâmica, podendo esta ser constituída por diferentes departamentos, na sua constituição básica deve obrigatoriamente haver a tríade de departamentos apresentada abaixo (Figura 2):

FIGURA 2 – ESTRUTURA BÁSICA DE UMA EMPRESA JUNIOR.



Fonte: elaborado pela autora

Com base nessa estruturação, chega-se ao entendimento no decorrer das entrevistas, tira-se como consenso geral o fato de que as EJ que participaram da pesquisa compreendem que a sua ação enquanto instituição, mesmo que seja uma EJ deve ser conexa com as demandas sociais que surgem diariamente na sociedade. Nesse contexto, as definições atinentes aos entendimentos de que a organização representada na entrevista deve se atentar ao fato de que possui uma responsabilidade social a ser cumprida.

Nesse contexto, é importante ressaltar que conforme mostrado pelos respondentes, as EJ chegam a se envolver com ações de cunho social e que são relevantes para a comunidade, seja acadêmica ou geral, na qual se encontram, contudo, o que se percebe na fala dos participantes é que esse processo de envolvimento é em muitos casos esporádicos, ou mesmo pontual.

Assim, não há uma ação, mesmo que seja de natureza sazonal, que faça parte do currículo de forma fixa. Para este ponto, chama-se atenção para o fato de que ao ter um rotativo considerável na sua equipe diretiva, é complexa a elaboração de um calendário que atenda demandas sazonais ou derivadas de um plano logístico que de fato integre a EJ em uma ação dessa natureza.

Mesmo assim, como foi dito anteriormente, há por parte dessas organizações o entendimento e o envolvimento com ações de cunho social e de cunho ambiental tais como:

- ❖ Campanha do agasalho;
- ❖ Plantio solidário de árvore em campos e parques;
- ❖ Doações de modo geral;
- ❖ Participação ou realização de palestras a ações desse tipo;
- ❖ Delegação de apoio a ação referentes ao bem-estar e qualidade de vida.

O entendimento que se tem a respeito das relações de consumo tem sido modificado com as mudanças que se destacam na sociedade. A concepção acerca da responsabilidade socioambiental em organizações tem sido consideravelmente modificada em decorrência de uma modernização necessária no modo como um produto era produzido, tendo o consumidor final como seu ponto chave e a partir daí a finalização de todo um processo.

Conforme se tem em Lessa (2018), o que se entende agora como a responsabilidade socioambiental, trata-se na verdade de uma alteração necessária que procura encontrar soluções para a forma como resíduos são descartados, objetivando encontrar novos caminhos que apontem para sua reutilização e aumento de sua vida útil, impactando assim de modo positivo no processo de reaproveitamento dos resíduos produzidos pela ação de descarte, influenciando positivamente no processo de preservação ambiental.

Galeno (2017) ao falar sobre essa responsabilidade por parte das empresas, implica falar na questão do desenvolvimento sustentável, isso porque todo esse processo logístico se justifica com a forma como o desenvolvimento socioambiental se desenrola na sociedade moderna como um todo. Isso porque a preservação ambiental e o desenvolvimento econômico de uma sociedade são pressupostos para o desenvolvimento socioambiental. Neste patamar, é preciso que seja validado o fato de que a necessidade de se desenvolver de forma saudável não é mais um conceito abstrato, longínquo; é, na verdade, uma nova tendência que se fixa como necessidade para enquadramento nessa nova realidade.

Tratar de questões que inferem uma reflexão acerca da preservação do meio ambiente e da relação que se estabelece entre o ser humano e a natureza em um cenário com constantes evoluções, tem se tornado uma necessidade científica, como pressuposto ao entendimento de um campo ainda incerto que se descortina à frente. Junto a um rol de mudanças consideráveis nos hábitos de convívio individual e coletivo que denotam uma migração comportamental da humanidade frente a uma nova condição que já é uma realidade, se percebe que, a forma como as relações estabelecidas entre consumidores e produto tem sido modificada, por causa disso, a cultura de descarte, de aquisição de um novo produto e da determinação de serventia ou não do mesmo, foi alterada de modo considerável.

Considerando então que o comportamento humano vem sendo constantemente alterado em decorrência das mudanças que acontecem em seu entorno, seja no âmbito econômico, social ou tecnológico, o que se percebe é que há uma explícita, porém lenta mudança na forma como as pessoas lidam com situações que se mostram pertinentes e urgentes para a preservação do meio

natural no qual o ser humano vive contemplando ações que se correlacionam. Deste modo, a assimilação de novos conceitos e posturas que ganham espaço tanto em empresas quanto na sociedade como um todo, e que se relacionam com o ajuste comportamental que é a tônica da preservação neste exato momento, tem sido um caminho para a efetiva preservação do meio ambiente (MUA 2016).

Neste sentido, de acordo com o entendimento de Lessa (2018), é preciso que se diga que: a preservação de que se fala, perpassa o rol de não queimar, não desmatar e não poluir. Isso porque essas questões, são coerentes no que se refere ao abandono de práticas destrutivas que apesar da abordagem generalizada, não são claras quanto às medidas que de fato precisam ser tomadas para a sua efetivação. Assim, é pertinente que se reitere que, o ato de se tornar sustentável, de ser responsável com a preservação do meio ambiente como um todo, alcança questões do dia a dia, como por exemplo, o descarte indevido de produtos que são altamente prejudiciais para a preservação ambiental.

No caso do descarte de resíduos, a estipulação de políticas de preservação junto a parcerias realizadas com empresas parceiras, podem ser considerados como os passos iniciais para a efetivação de um plano de ação facilmente aplicável.

Tendo em vista a necessidade de debater essa temática, compreende-se de acordo com o discutido por Bosquesi (2018) que há no contexto atual, a necessidade de se incentivar constantemente a prática de reciclagem e de se seguir uma legislação que oriente o posicionamento a ser tomado, buscando a preservação ambiental e a qualidade de vida associada a essa, tendo como meio de ação, medidas que visam dar mais efetividade e funcionalidade a itens, no intuito final de juntar preservação e melhoramentos no campo laboral de forma geral, com uma postura humana que preserve o meio em que se vive.

A relação entre homem e natureza ocorre desde sempre com a exigência implícita de um equilíbrio das ações humanas como pressuposto á uma vivência saudável na terra. Esse equilíbrio, resulta de interações ponderadas por parte do homem, no qual o consumo do que é ofertado pelo homem deve ocorrer em consonância com o que é a ele ofertado, deste modo, o que resta de tal consumo pode ser rapidamente reintegrado à natureza e por seguinte transformado.

Em um plano teórico, essa relação de dependência do homem que deveria ser harmônica, passa a se tornar abusiva, a partir do momento em que o homem procura criar “próteses” que facilitam a sua existência na terra e que em decorrência da exploração de recursos múltiplos, tendem a minuar o equilíbrio necessário entre homem e natureza, fazendo com que essa balança penda de modo desfavorável.

Em Ren (2020), é possível encontrar menção ao fato de que, ao se falar em capitalismo selvagem, relações de consumo exageradas e por consequências predatórias e outra gama de fatores, o que se tem em mente não é a crítica a um sistema de governo em si, mas sim, ao comportamento destrutivo apresentado por uma parcela relevante da comunidade, que incorre no uso excessivo de recursos que são essenciais para a sobrevivência de todos, e que decorrência do despejo constante e consciente de resíduo que levam décadas para se decompor, corrompem a qualidade de vida de todos e coloca na linha de extinção, recursos vitais a todos.

O fenômeno da globalização abriu portas para que as relações comerciais entre nações acontecessem com mais frequência. Encontra-se em Mua (2016), uma percepção que diz que, do ponto de vista histórico, as relações comerciais que já foram marcadas por fenômenos como as grandes navegações, atualmente se configuram como um elemento prático da organização global contemporânea, na qual as relações de compra e venda ocorrem resguardadas por relacionamentos previamente acordados entre as partes, onde a possibilidade de perda por um dos lados é praticamente nula.

Nesta senda o não reforço ao consumo consciente, ao uso comedido de recursos ambientais, faz com que as consequências do uso e descarte contínuo de resíduos, cheguem a todos, gerando assim, fenômenos como o aquecimento global, já tão presente na vida de todos.

Almeida (2020), ao apontar em sua obra as consequências da modernidade, ressalta que as relações financeiras, tidas como essenciais nos tempos atuais, têm passado por ajustes consideráveis, e sua constante reestruturação, visa somente a defesa de uma conduta ainda mais consumerista por parte dos envolvidos. Neste sentido, é relevante que se ressalte que, as relações comerciais que envolvem passos relevantes como a exportação e

importação de produtos e alguns serviços, ocorrem sob uma o aval de uma demanda imensa de consumidores que desesperadamente procuram a satisfação de algo que eles mesmos ainda desconhecem.

Lessa (2018) reitera que o mercado, tanto nacional, quanto internacional, procura avaliar fatores que de alguma forma, se ajustar a um novo modelo consumerista que seja capaz de conscientizar a todos quanto a necessidade de modificar seus hábitos. Neste sentido é preciso que se enfatize o fato de que, ao se tratar da implantação de uma nova postura, o que se busca implicitamente, é algo difícil de ser consolidado no meio em que se vive, tendo em vista a necessidade de reeducação comportamental de todos.

Importante citar que, ao se explanar a necessidade de adoção de uma nova postura, não se propõe um abandono das conquistas que certamente facilitam o convívio do homem em sociedade. No entanto, é crucial que se diga que, há formas de continuar a progredir em harmonia com a preservação de recursos ambientais. Logo, a adoção dessa nova postura nunca remeteu a fatores que levam o homem novamente a um cenário rudimentar, longe disso, é justamente o uso da razão que pode proporcionar o equilíbrio entre o que o homem utiliza e o que a natureza fornece.

Para tanto, Nemoto e Souza (2016) ratificam tal tese expondo que, há sim a possibilidade de consolidação mercadológica em um contexto onde é clara a necessidade de preservação de recursos ambientais. Para isso, o autor esclarece que a saída se encontra no fato de que, com a adoção de uma medida de preservação, é salutar que a organização comece a educar seus consumidores quanto á sua nova postura.

Bosquesi (2018) ao retratar sua opinião sobre o aumento massivo de consumo e a adoção de uma postura cada vez mais destrutiva que preserva o acúmulo de produtos sem utilidade e que descarta com a mesma velocidade com que compra, explica que somente por meio da ressignificação de valores é que se pode mudar tal comportamento, no entanto, mesmo as ações mais focadas na preservação ainda não são suficientemente eficientes no que diz respeito a proliferação de uma conduta direcionada à preservação.

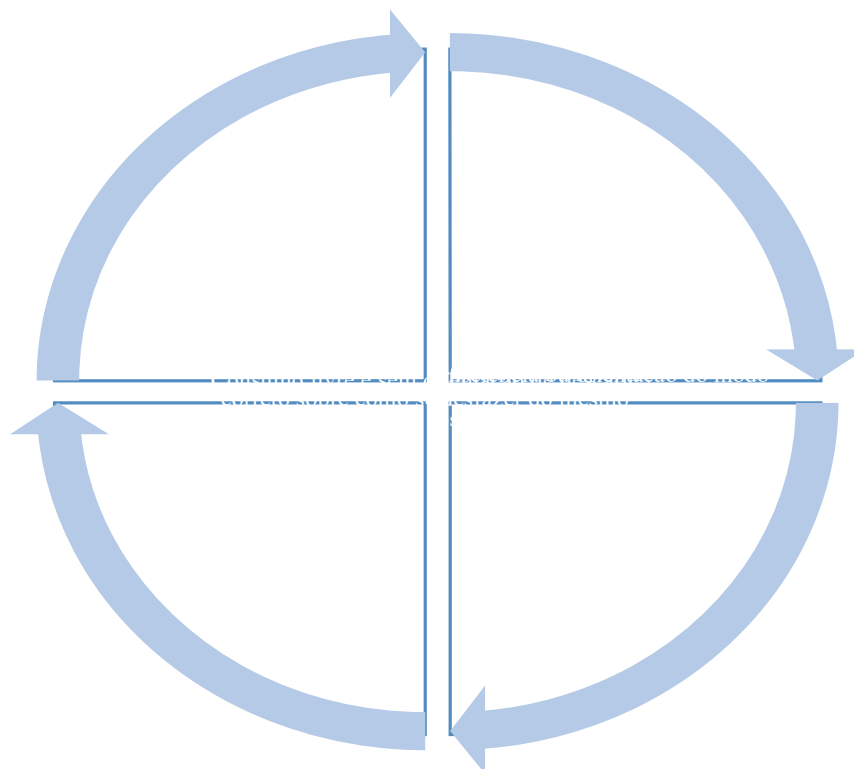
Nemoto e Souza (2016) ao abordarem a questão do consumo em uma sociedade que precisa preservar o meio em que vive, retrata que não há

especificamente, a necessidade de se fazer com que o capitalismo deixe de existir, o que há de urgente nesse caso, é a procura por uma forma de coexistência do consumo e da validação da preservação ambiental.

Ao se buscar informações em Gigante (2016), encontra-se o entendimento quanto ao tamanho da indústria de eletrônico e de tecnologia da informação. O autor reitera que, essas, são indústrias em plena condição de expansão em todo o globo. Por este motivo, é compreensível que a forma como os descartes produzidos as mesmas, ainda não tenham encontrado um caminho certo de volta ao reaproveitamento. Junto a isso, a condição de rápida obsolescência do que é produzido nessas indústrias, faz com que o descarte de seus produtos ocorra com uma frequência maior, o que vem gerando os problemas que já se conhece. Importante ainda destacar que, somado à extensão de tempo que estes produtos levam para se decompor na natureza, é preciso também que seja levada em conta a sua toxicidade e perigo para o contato imediato com humanos sem a devida proteção.

Volta-se então ao entendimento de que a formação de uma consciência de preservação, requer a ressignificação do que se entende como valores. Porém, ao se citar este fator, adentra-se em outro ponto igualmente importante que é o enquadramento político de um modelo econômico. Ou seja, tem-se aí implícita a necessidade de adoção de uma postura que destoe do que se tem como hábito consumerista comportamental que Martins et al (2016) segmenta em quatro pilares, demonstrados adiante na forma de um fluxograma que deixa mais didática a sua compreensão (Figura 3):

FIGURA 3: Fluxograma Ciclo Consumista



Fonte: Adaptado de Martins et al (2016)

Com a amostragem do fluxograma, o que se passa a compreender é que, sem o rompimento do ciclo de consumo ao qual boa parte da sociedade está acostumada, não há como existir ou surgir uma postura fundamentada na sustentabilidade e na preservação que se almeja como essencial para todos. Defende-se então que, a preservação do meio ambiente, não é realmente necessária a mudança de um modelo econômico. Assim, aderir a um modelo socialista ou comunista por exemplo, nem de longe será uma medida eficaz no que se refere à preservação do plante.

O maior fator que inviabiliza essa proposta é justamente a morosidade para se implantar um novo modelo, ora, não se trata neste caso de fatores técnicos, o foco aí, é a adequação comportamental a um novo modelo, o que seria por demais demorado, além do mais, se o foco da preservação já é a adoção de uma postura diferenciada, porque colocar está em terceiro plano, priorizando uma medida superficial e comprovadamente ineficaz.

Para tanto, se vê conforme o que foi mostrado acima, que todo o processo de administração deste tipo de resíduo, requer mais que ações superficiais que visam somente o trato político com seu público consumidor. É necessário que as

ações a serem tomadas sejam eficientes, possuam funcionalidade e tragam uma resposta coesa ao descarte desse tipo de resíduo

Martins et al (2016) sobre este comportamento, destaca que, uma ação voltada a preservação, não deve ter como meta, a divulgação da sua “postura ambiental” como forma de alcançar mais clientes, ou seja, é a preservação do meio ambiente, deve ter como marca maior, a preservação de recursos naturais e não a procura de mais clientes que aumentem o consumo do que é comercializado.

Mua (2016) neste caso, dá ênfase ao fato de que, ao observar o índice de poluição em todo o planeta, e ao se constatar a existência de grandes nações que governam sob um modelo econômico diferente do capitalismo, o que se percebe é que o modelo econômico em não é o problema. A falha na questão da preservação está justamente no desconhecimento da massa populacional quanto ao seu poder poluidor.

Boquesi (2018) ao falar sobre o ciclo de vida dos produtos, enfatiza a necessidade de se compreender que, a durabilidade estrutural do produto não é o fator questionável nesse aspecto, o que é necessário discutir nesse caso, é a funcionalidade do produto no contexto social e econômico em que ele se enquadra. Ou seja, um produto pode ainda ter a sua robustez e estrutura em perfeito estado, mas se tornar disfuncional para certo tipo de uso, em decorrência do surgimento de outro produto semelhante, porém, com mais funções e agilidade.

Pensar sobre o ciclo de vida de produtos não tem mais relação direta com a durabilidade destes. Obviamente que ainda é escopo de quem consome e de quem produz, a disposição de produtos de qualidade, que respondam com eficiência às necessidades para as quais foram criados. Contudo, o conceito de durabilidade passa a ser compassadamente substituído por funcionalidade/utilidade.

Em Nogueira (2017) se encontra a designação de que, com o avanço tecnológico que vem ocorrendo de forma dinâmica e ininterrupta é comum que produtos tenham uma vida útil cada vez menor em decorrência da delegação de funções que se aplica a uma nova versão deste mesmo produto, fazendo com

que suas versões anteriores se tornem, se não obsoletas, ultrapassadas em relação à necessidade do consumidor final.

Por este motivo, o descarte destes produtos passa a ocorrer com mais frequência, o que aumenta consideravelmente a quantidade de resíduos sólidos que são dispensados dia após dia. Assim, fica compreendido que o conceito de durabilidade tende a ser aprimorado e adequado à nova realidade que se apresenta. Desta feita, o resgate de peças para reaproveitamento, o reuso de partes de um produto ou mesmo a readequação deste para uma nova utilização aumentando a sua vida útil, passou a ser considerada como uma postura mais aceita e viável dentro do contexto tecnológico, sendo também as vezes uma forma mais barata de dar continuidade à sua produção.

Nogueira (2017) trabalha a ideia de que, a produção de lixo eletrônico é um dos fatores ambientais que mais se encontra em destaque quando se trata da discussão sobre preservação, sustentabilidade e demais comportamentos e tendências que se referem à preservação ambiental. Essa evidência conforme cita o próprio autor, se dá em consequência do constante avanço tecnológico, que a cada dia que passa, evolui e produz novas formas de se obter ou oferecer um serviço ou produto, deixando em desuso o que já estava em evidência.

Entra aí então a questão da sustentabilidade, uma postura que precisa ser validada com mais ênfase nos dias atuais, tendo como base o entendimento de que o reaproveitamento e a reutilização, são os caminhos mais coesos para a preservação e o uso consciente de matéria prima que se almeja ter.

Indo ao que se tem exposto em Gigante (2016), passa-se a entender que, a questão da responsabilidade, no âmbito nacional, ainda se encontra em fase de estruturação, isso porque, esse comportamento ainda é novo no cenário nacional. A cultura vigente no país ainda se refere ao descarte sem um fim específico, onde somente se descarta com o foco de se livrar do que não mais está em uso.

No entanto, é esse comportamento que precisa ser combatido de todas as formas e reorientado para uma postura de destinação correta do produto que se tornou obsoleto. Para tanto, a ideia de responsabilidade socioambiental precisa ser tratada no âmbito nacional, como uma realidade e não mais como um ideal utópico que funciona somente em países de primeiro mundo. É nesse caso, urgente que passe a se proliferar na comunidade a ideia de que a destinação

correta para resíduos produzidos seja no plano singular ou coletivo, é de responsabilidade da comunidade em conjunto com o estado e não só do estado.

É nesse caso, pertinente que se repense a postura que se tem em vigor, como forma de validar o verdadeiro ideal da responsabilidade socioambiental. Nemoto e Souza (2016) explicam que essa responsabilidade de modo geral se consolida como a gestão de informações em toda a cadeia administrativa e permite aos administradores avaliar os pontos fortes, e os pontos fracos na sua cadeia de fornecimento, ajudando na tomada de decisões que resultaram na redução dos custos, no aumento da qualidade e no aumento da competitividade.

De modo mais acertado o campo dessa ação por parte das empresas evoluiu de um tratamento mais restrito, voltado para a distribuição física de matérias e bens, sendo direcionado para um objetivo mais abrangente, em que se considera a cadeia de suprimentos como um todo e as atividades de compras, administração de matérias e distribuição. Assim, ela não se limita a uma única função como o Marketing ou às operações, mas representa, de fato, uma área de integração desses distintos enfoques. Essa trajetória registrou uma mutação radical na década de 90 com a intensificação articulada dos fenômenos da liberação comercial, da globalização produtiva e financeira em escala mundial. Ao criar e garantir a qualidade em um sistema logístico.

Mua (2016) ensina que a responsabilidade socioambiental é um assunto relativamente novo dentro da gestão contemporânea, o autor trata o assunto com especial atenção, pelo fato de que o mesmo traz em seu bojo, conceitos e abordagens diferenciadas do que se observa em uma relação de consumo globalizada. Neste sentido, ao se observar o cenário capitalista em que estamos inseridos, constata-se o fato de que o consumo contínuo e o descartar de itens de uso pessoal e coletivo é constante.

Segundo se observa no pensamento de Martins et al (2016), a definição de não comprometimento com a preservação, possui relação direta com a significação de termos que são inerentes à responsabilidade socioambiental, assim, temos como, sustentabilidade, reciclagem, consumo responsável, preservação de recursos naturais, compromisso com o meio ambiente, reutilização e compromisso com a sociedade também integram o entendimento sobre a responsabilidade das E.J., tendo em vista que esta se encontra

conectada a todos estes fatores citados. O mesmo autor segue conceituando que: *“Essa ação também atende à demanda de produtos que não podem ser armazenados de qualquer maneira sem seguir os procedimentos adequados e a sua forma correta de descarte”*.

Assim sendo todo esse comprometimento compreende também o descarte e reutilização de determinados produtos que possuem um agente poluidor mais prejudicial ao meio ambiente. Com isso, pode-se constatar que dentre suas funções, a principal característica da responsabilidade das empresas é a de zelar por recursos naturais sem comprometer o consumo da comunidade e, sem gerar prejuízos às organizações (NOVAIS 2017).

Ao considerar então que na atualidade, tem se diversos impactos ambientais oriundos de ações produzidas pelo homem. O consumismo, a cultura de produtos descartáveis, a forma como as pessoas tendem a não se preocupar com o local onde vivem, torna muito mais fácil a identificação de malefícios ambientais de grandes proporções e em alguns casos irreversíveis (NASCIMENTO 2018).

Neste sentido Bosquesi (2018), explica que, o que se entende é que há uma urgência no que se refere à preservação do meio ambiente e, esta urgência tende a ser sanada por ações de cunho prático que, em curto prazo amenizam e, em longo prazo educam o indivíduo para que este tenha a seu alcance uma orientação sobre como proceder em relação a sua comunidade. Dentro do setor empresarial, é notável que a atuação das empresas seja de modo geral, um grande diferenciador no que diz respeito à conscientização.

Fica então compreendido que é vital que o indivíduo tenha a seu alcance a consciência de que é preciso mudar. Quando empresas adquirem este entendimento chega-se à conclusão de que, quando cada um faz a sua parte, uma parcela de melhoria estabelece-se de modo concreto. As ações realizadas pela comunidade tendem a mostrar que cada empresa, quando começa se preocupar com o meio em que vive, tende a agir de forma responsável e a repassar ao seu consumidor ações e comportamentos que ratifiquem esta ação e que reforcem este pensamento (MIRANDA; MORETO 2019).

As ações mercadológicas com influência ecológica a cada dia mostram que é cada vez mais possível, por meio de atos de conscientização fazer com que o

consumidor se atenha se preocupe e, se importe com seus atos. Fazer a amostragem destas ações com uma finalidade mercadológica tende a se mostrar mais eficiente e mais acertada. Quando a empresa divulga de modo constante as suas ações ela contagia seu consumidor de forma direta e o conduz a formas de atitude comportamental relevante e coerentes com a sua comunidade (MARINS 2016).

Dentre a compreensão que se pode ter sobre a responsabilidade e compromisso das E.J., é preciso abarcar a sua ideia central de responsabilidade ambiental. A responsabilidade socioambiental engloba dentro de suas várias vertentes, o entendimento de que a sua meta central é preservar o meio ambiente e atuar de forma responsável sobre o material descartado de forma incorreta fazendo com que seja maior o seu impacto no meio ambiente.

Com a promulgação da Lei 12.305/10, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) o país passou a enfrentar de forma prática, o descarte indevido de resíduos sólidos no meio ambiente, o que agravava ainda mais a condição calamitosa em que se encontra o meio ambiente natural nacional. A referida lei possui importantes instrumentos para combate a problemas ambientais que acabam afetando situações de ordem econômica e social (BRITO; LOUREIRO 2018).

Em linhas gerais, a PNRS procura trabalhar a redução de resíduos, e procura tornar um hábito o consumo sustentável com o foco de reduzir a produção desse tipo de resíduo no meio ambiente, incentivando ao mesmo passo, o descarte consciente destes.

Em Mua (2016) se pode ver conforme o entendimento dos autores, que, a PNRS, tende a definir o gerenciamento de resíduos sólidos como sendo um conjunto de ações que são executadas de forma direta ou indireta em ações de:

- ❖ Transporte
- ❖ Coleta
- ❖ Transbordo
- ❖ Tratamento de resíduo
- ❖ Destinação final ambientalmente correta

O autor também segue enfatizando que a gestão de todos esses processos devidamente contempladas na PNRS, possibilita um olhar diferenciado sobre a

gestão de resíduos sólidos, e dá voz ao fato de que é necessário que se adote uma postura de preservação e que esta faça parte do estado e de suas normativas, como modo de fomentar fatores como a sustentabilidade e o consumo responsável.

Pereira (2018) explica que, há a necessidade de se fazer com que a PNRS seja vista não somente como uma lei que determina o que deve ser feito, o que não pode ser praticado e por aí adiante. Há a necessidade de se contemplar essa explanação legal, como uma forma de se reorientar a postura humana quanto às suas responsabilidades no que se refere à preservação do planeta.

Perceber a PNRS como um elemento legal que normatiza uma postura somente, é invalidar a eminência de adoção de um novo modelo comportamental que precisa ser tido como válido nesse novo mundo que se desenha. Reconhecer a sua validade, relevância e indispensabilidade é também reconhecer a efetiva responsabilidade de todos no que se refere à preservação ambiental (ANDRADE, 2017).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando todos os elementos mostrados ao longo desse texto dissertativo, chega-se ao entendimento de que, as ações realizadas pelas

empresas que fizeram parte da pesquisa aqui apresentada, deixam claro que, apesar de haver por parte de algumas dessas empresas a não realização efetiva de ações voltadas especificamente para ações que ratifiquem ou reforcem a sua postura de responsabilidade socioambiental, há o consenso de que todas as organizações aqui apresentadas são conscientes da necessidade de adoção desse papel frente à comunidade.

O que foi possível analisar no decorrer desse trabalho é o fato de que, apesar de estar conexa com um modelo no qual a sociedade a cada dia que passa cobra das organizações o compromisso com as ações de preservação, as EJ ainda encontram limitações no que se refere ao cumprimento desse escopo em decorrência da dependência de aprovação orçamentaria, para realização de medidas efetivas, ou mesmo na dificuldade de ordenar e engajar seu corpo de colaboradores em ações que representem de forma efetiva essa conduta.

Nesse cenário, é importante que se avalie o fato de que, a partir das entrevistas realizadas, é facilmente perceptível, que apesar de parte das EJ que por meio de seus representantes participaram dessa pesquisa, terem a consciência de sua já demarcada responsabilidade socioambiental, e também a consciência da inação a respeito desse fato em muitos aspectos, perdura a certeza e comprometimento em estar alinhado, ou de estar se alinhando às demandas de responsabilidade e de preservação do meio ambiente, mesmo que a partir de pequenas ações.

Por esse motivo é que se nota que há o engajamento dessas organizações em ações de cunho social e demais ações como as citadas ao longo desse texto, com o intuito de fazer com que seu papel social enquanto organização seja minimamente cumprido.

Ao se finalizar esse trabalho, se tem a certeza de que, conforme os escopos e valores da educação ambiental aqui apresentados, é possível notar que o primeiro passo para a adoção e execução de uma postura socioambiental, eficiente e coesa com as demandas sociais é a conscientização. Nesse sentido, se deixa claro aqui que no decorrer das entrevistas realizadas, mesmo nos casos em que a falta de ação para com a execução de medidas de natureza socioambiental sejam minimalistas e em alguns casos até mesmo inexistentes, o que se tem claro é o fato de que, a partir dessas ações, se tem a oportunidade de

dar o passo inicial que consiste na conversa, na discussão de ações que podem ser representantes dos primeiros passos para a consolidação das ações que representaram futuramente a postura de responsabilidade socioambiental dessas empresas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA: Valdiney Ferreira de: **Ambientalização Das Instituições De Ensino Superior: realidades e potencialidades da A3P no Instituto Federal do Amazonas**. Universidade Federal do Amazonas Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação. Manaus-Amazonas Março/2020.

ANDRADE, Vilmar. **Ecologia para Ler, Pensar e Agir: Ética e EA para Todas as Idades**. São Paulo: Paulus, 2009.

ANDRADE: Darly Fernando. (organizador) **Sustentabilidade e Responsabilidade Social** volume 3/ Organizador José Henrique Porto Silveira - Belo Horizonte – MG: Poisson, 2017 255 p.

ARAUJO, Dhiego Raphael Rodrigues. **Análise quali-quantitativa dos resíduos eletro-eletrônicos gerados na Ilha de Fernando de Noronha** / Dhiego Raphael Rodrigues Araujo. – Recife: O autor, 2015.

AZEVEDO: Luís Peres. **Logística Reversa De Equipamentos Pós-consumo: Visão da Sustentabilidade**. Tese de Doutorado apresentada para defesa ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Materiais da Rede Temática de Materiais. Ouro Preto Agosto 2017.

BARBOZA; Marinalva Rodrigues. **A Contribuição Dos Sistemas De Informação Para A Logística Reversa**. Universidade Paulista - Unip Programa De Mestrado Em Engenharia De Produção. São Paulo 2015.

BARRETO, L. M. P. A.; SILVA, S. A. H.; PÁDUA, S. M. **A contribuição da Educação Ambiental no processo de gestão ambiental em indústria petroquímica**. ANPPAS: Brasília, 2013.

BEILER, B. C. et al. **Avaliação da sustentabilidade da logística reversa de garrafas de vidro utilizando system dynamics**. 2019.

BOHM, David. **Wholeness and the implicate order**. London, New York: Routledge, São Paulo: Palas Athena, 20015.

BOSQUESI: Rafael Marcos. **Lixo Eletrônico e Seus Impactos aos Recursos Hídricos**. Caderno Meio Ambiente e Sustentabilidade – v.13 n.7 – 2018

BRASIL JÚNIOR. **Conheça o MEJ. 20--**. Disponível em: Acesso em: 10 Junho. 2021.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente (MMA). **A Educação Ambiental: informe geral**. Brasília: Diretoria de Educação Ambiental, 2000.

BRASIL. Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012. **Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa**; altera as Leis nº.6.938, de 31 de agosto de 1981; 9.393, de 19 de dezembro de 1996 e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nº

4.771 de 15 de setembro de 1965 e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001. **Diário Oficial da União**, DF, 25 de maio de 2012. Acesso em: 10 nov. 2020.

BRASIL. Lei nº 13.267, de 6 de Abril de 2016. **Disciplina a criação e a organização das associações denominadas Empresas Juniores, com funcionamento perante instituições de ensino superior**. **Diário Oficial da União**, DF, 07 de abril de 2016, Seção 1, p. 1. Disponível em: Acesso em: 10 nov. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Programa Parâmetros em Ação, meio ambiente na escola: Cadernos de apresentação**. Brasília: MEC; SEF, 2001.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Gestão socioambiental nas universidades públicas: A3P/Ministério do Meio Ambiente, Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental, Departamento de Proteção e Consumo Sustentáveis, Programa Ambiental na Administração Pública**. – Brasília, DF: MMA, 2017.

BRASIL. Ministério Público Federal. **Secretaria de Administração. Guia de contratações sustentáveis do MPF**. – Brasília: MPF, 2016

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 3ª Região **Manual de licitações sustentáveis da Justiça Federal da 3ª Região**. São Paulo: Tribunal Regional Federal da 3ª Região, 2016. 27p.

BRASIL: **Diagnóstico Ambiental e Plano de Gestão de Resíduos Sólidos do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul**. Estado Do Rio Grande Do Sul Poder Judiciário Tribunal De Justiça. 2015.

BRASIL: Ministério da Ciência Tecnologia, Inovação e Comunicações. **Comissão de Gestão Ambiental e Logística Sustentável Relatório Geral de Atividades (2013-2018)**. Itajubá/MG. Agosto 2019.

BRITO: Evaldo Eduardo Lima de. LOUREIRO: Victoria Adelayde. SILBEIRA: Michelle. **A Utilização da Logística Reversa em Micro e Pequenas Empresas de São Gonçalo Do Amarante/RN**. XXXVIII Encontro Nacional de Engenharia De Produção. Maceió. 2018

CAPRA, Fritjof. **O ponto de mutação: a ciência, a sociedade e a cultura emergente**. 22. ed. São Paulo: Cultrix, 1999.

CARVALHO, L.M. **A temática ambiental e a escola de primeiro grau**. Doutorado em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

CAVALCANTE, C., & BUTEL, K. L. **Logística reversa e sustentabilidade empresarial: um estudo de caso na Fábrica de Móveis Albuquerque-município de Parintins/AM**. 2017

CHAVES, G., BRITO, A., & TOSTA, M. **AVALIAÇÃO DOS REQUISITOS DA LOGÍSTICA REVERSA NOS PROCESSOS DE COMPRAS E DESCARTE DE LÂMPADAS NA UFES-CAMPUS SÃO MATEUS**. 2019. (Master's thesis, Universidade Federal do Espírito Santo).

DALMORO, M., TRINDADE, L. L., VISENTINI, M. S., & LOBLER, M. L. **As Empresas Juniores como Fomentadoras do Espírito Empreendedor em Instituições de Ensino Superior**. In: XXV SIMPÓSIO DE GESTÃO DA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA, 2008, Brasília. *Anais...* Brasília: ANPAD, 2008.

FARO, 2019. **Tudo que você precisa saber sobre o Movimento Empresa Júnior**. Disponível em: <https://faro.edu.br/blog/tudo-que-voce-precisa-saber-sobre-o-movimento-empresa-junior/> Acesso em 07 de Junho de 2021.

FARO, 2019. **Tudo que você precisa saber sobre o Movimento Empresa Júnior**. Disponível em: <HTTPS://FARO.EDU.BR/BLOG/TUDO-QUE-VOCE-PRECISA-SABER-SOBRE-O-MOVIMENTO-EMPRESA-JUNIOR/> Acesso em 07 de Junho de 2021.

FEBRAC: **Manual de Sustentabilidade – Harmonia com Essência**. Porto Alegre 2018.

FEITOSA, R. A. & FEITOSA, V. A. O. **Educação ambiental e o intelectual transformador**. Em: Matos, K. S. A. L. (Ed.) *Educação ambiental e Sustentabilidade III*. (pp. 271-284). Fortaleza: Edições UFC, 2011.

FERNANDO Kotler. J.S. Thashika D Rupasinghe. **A Conceptual Framework for E-waste Management through Reverse Logistics: A Case Study from Australia**. Volume 5, Issue 4 Pages: 190-211 December 2016.

FERREIRA, Clara P., GONZALEZ, Mario H.– ISSN 2176-9761 TOZONI-REIS, Marília Freitas Campos. **Sobre educar e transgredir**. Editorial. *Ciênc. Educ.*, Bauru, v. 25, n. 1, p. 3-4, 2019.http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-73132019000100003

FERREIRA, Vitor Sérgio. **Artes e manhas da entrevista compreensiva**. Lisboa, Portugal, 2010.

FOSTER, J. B. **A Ecologia de Marx: materialismo e natureza**. (Machado, M. T., Trad.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. (Original publicado em 2000). 2015

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. São Paulo: Paz e Terra, 2016.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974. 117 p.

GALENO: Susanne Batista. **A Gestão e a Responsabilidade Socioambiental Na Justiça Eleitoral, Brasil**. Universidade de Pernambuco - UPE Faculdade das Ciências da Administração – FCAP. Recife, 2017

GIESTA, E. **Racionalidade Ambiental: a reapropriação social da natureza.** (Cabral, L. C., Trad.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. (Original publicado em 2004) 2009

GIGANTE, Luciara Cid, 1986- G367 Gig **Políticas de regulação e inovação: reciclagem de resíduos** / Luciara Cid Gigante. – Campinas, SP: [s.n.], 2016. GigOrientador: Leda Maria Caira Gitahy. GigTese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências. 2016

GREIG, Sue; PIKE, Graham; SELBY, David. **Greenprints for changing schools.** London: WWF/Kogan Page, 1989.

GUIMARÃES, M. **A formação de educadores ambientais.** Campinas: Papyrus, 2014.

HABERMAS, Jürgen. **The theory of communicative action: reason and rationalization of society.** Cambridge: Polity press, 1995.

HELBERT: Gabriella Lisbôa. **Plano de Gestão de Logística Sustentável: Proposta de um Modelo para a Prefeitura Municipal de Cachoeiras do Sul RS.** Universidade Federal de Santa Maria. RS. 2019.

JACOBI, Pedro. R. **Educação Ambiental: o desafio da construção de um pensamento crítico, complexo e reflexivo.** In: Educação e Pesquisa, Universidade de São Paulo, v.31, n.002, São Paulo, 2015.

JÚNIOR, A. C. **Educação Ambiental e as empresas: um caminho para a sustentabilidade. Educação ambiental em ação**, n. 24, 2008. Disponível em: . Acesso em: 04 de maio de 2021.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia científica.** 7. Ed.-São Paulo: Atlas, 2010.

LEONARD, K. **Contribuição à crítica da economia política.** (Fernandes, F., Trad.). 2. ed. São Paulo: Expressão Popular. (Original publicado em 1859). 2011

LESSA: Yasmim Ferreira. **A Importância da Reciclagem dos Resíduos Eletrônicos no Brasil.** Universidade Federal Fluminense - UFF Faculdade De Administração, Ciências Contábeis E Turismo Niterói, RJ 2018

LOUREIRO, C. F. B. (2006). **Complexidade e dialética: contribuições à práxis política e emancipatória em educação ambiental.** Educ. Soc., 27 (94), 131-152.

LÖWY, C. M. **Environmental strategy and competitive advantage: an introduction.** California Management Review, v. 43, n. 3, p. 9-20, 2005.

MARINS: Patrícia Albuquerque dos Santos. **Logística Reversa: Uma Responsabilidade Social e Sustentável na Empresa.** Universidade Cândido Mendes AVM – Faculdade Integrada Pós-Graduação Lato Sensu. Rio de Janeiro 2016

MARTINS: Rahissa Ferreira. OLIVEIRA: Natália Mariana Tavares de. FRANCISCO: Ilta Mara Menezes Maciel. ANDRADE: Alcicley Vasconcelos Andrade. **Logística Reversa do Lixo Eletrônico: Um Estudo Sobre o Acúmulo de Cartuchos de Toners Vazios de Impressoras Utilizadas no IFAM – Campus Parintins.** ISSN: 1696-8352 - Brasil – Julio 2016

MATOS, Berenice Gehlen. **Planejamento Ambiental para Professores da Pré-Escola a Terceira Série do Primeiro Grau.** Novo Hamburgo: Editora e Gráfica Ottomit, 1997.

MATOSKI A., FRANÇA, J.M. **Proposta para parcerias entre Empresa Júnior e Hotel Tecnológico.** In: XXXIV COBENGE, 2006, Passo Fundo. *Anais...*Passo Fundo, 2006.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital.** Campinas/SP; Boitempo, 2009.

MININNI, Edgar. **Ciência com consciência.** 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

MIRANDA: Bruno. MORETTO: Izabela Moretto. MORETO Rafael. **Gestão Ambiental nas Empresas.** Pontifícia Universidade Católica de São Paulo Programa de Pós-Graduação em Administração e Programa de Pós-Graduação em Economia FEA/PUC-SP. 2019.

MOTTA, Marcio Jardim. **A educação ambiental nas empresas e o sistema de gestão ambiental.** 2000 - Acesso em 10/01/2021. REIGOTA, Marcos. **El estado del arte de la educacioón ambiental en Brasil.** Tópicos en Educación Ambiental, México, v. 4, n.11, p. 49-62, ago. 2002.

MOURA, Enrique. **Saber Ambiental Sustentabilidade Racionalidade Complexidade Poder.** Petrópolis: Vozes, 2011.

MOURA, Luiz Antônio Abdalla de. **Qualidade e gestão ambiental: sugestões para implantação das normas ISO 14.000 nas empresas.** 2. ed., rev. e atual. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2017.

MUA: Cíntia Teresinha Burhalde. **Emissões de Gases de Efeito Estufa na Rotina Forense: o Caso do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul.** Universidade Federal do Rio Grande do Sul Faculdade de Direito Programa de Pós-Graduação Especialização em Direito Ambiental Nacional e Internacional. Porto Alegre 2016

NASCIMENTO. Carlos Renato Garcez do. **Logística reversa de resíduos sólidos** / Carlos Renato Garcez do Nascimento, José Roberto Borghetti, Senai. Departamento Regional do Paraná. Curitiba: Senai, 2018.

NEMOTO, Miriam Christi Midori Oishi. SOUZA, Alessandra Ramon Silva de. **Logística Reversa: Um Estudo de Caso em um Grupo de Estabelecimentos Comerciais Localizados no Município de Osasco - SP** revista UNIFEBE. 2016

NOGUEIRA: Jomara Gonçalves. **Destinação Final Ambientalmente Adequada de Automóveis em Fim de Vida no Brasil: Perspectivas Atuais e Desafios Para a Reciclagem Automotiva - Estudo de Caso em Belo Horizonte**. Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais Departamento de Ciência e Tecnologia Ambiental Graduação em Engenharia Ambiental e Sanitária. Belo Horizonte 2017.

NOVAIS: Matheus Cordeiro. **Estudo da Logística Reversa no Ambiente Agroindustrial**. Universidade de Brasília Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária. Brasília-DF, Julho/2017.

OLIVEIRA, Nana Medina. **Histórico da Educação Ambiental Internacional SIBEA**. 2017

PEREIRA, R. S. C. **Logística reversa de resíduos de equipamentos elétricos e eletrônicos: proposta de indicadores de monitoramento para órgãos ambientais**. 2018. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

PLANO MUNICIPAL DE COLETA SELETIVA. **Relatório Parcial 5 – identificação e Caracterização de Resíduos de Estabelecimentos Comerciais e de Prestação de Serviços**. Prefeitura Municipal de Florianópolis 2015.

RAMALHO. F. **A Empresa Júnior no Brasil e no Mundo: o conceito o funcionamento a história e as tendências do movimento EJ**. Martin Claret, São Paulo 2015

REIGOTA, M. **O que é educação ambiental?** 2. ed. São Paulo: Brasiliense. 2018

REN: Rui. HU: Wanjie. DONG: Jianjun. SUN: Bo. CHEN: Yicun. CHEN: Zhilong. **A Systematic Literature Review of Green and Sustainable Logistics: Bibliometric Analysis, Research Trend and Knowledge Taxonomy**. Int. J. Environ. Res. Public Health 2020.

ROCKSTRÖM. M. **O estado da arte da educação ambiental no Brasil**. Sorocaba: Universidade de Sorocaba, 2003. (Relatório de Pesquisa). 2009.

SCHMIDT, A. (1977). **El concepto de naturaleza en Marx 2**. ed. Madrid: Siglo Veintiuno Editores.

SEIFFERT, M. E. B. **ISO 14001: Sistemas de gestão ambiental**. São Paulo: Atlas, 2005. SENAC, 2006. <https://www.sp.senac.br/jsp/default.jsp?tab=00002&newsID=a8452.htm&subTab=00120&uf=&local=&testeira=453&l=&template=&unit=ANY%20> Acesso 18 de junho de 2021.

SILVA, V.A. SILVA, A.P. FRANCO. **Como Aprendem os Empresários Juniores no Brasil: Um Estudo Quantitativo sobre as Modalidades de Aprendizagem Organizacional**. Revista Gestão e Planejamento, 14 (3) (2013), pp. 372-388.

THOMAZ, Clélio Estevão. **Educação Ambiental na Formação Inicial de Professores**. Dissertação de Mestrado em Educação, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 2016.

TOZONI-REIS, M. F. C. **Formação dos educadores ambientais e paradigmas em transição**. Ciência & Educação, Bauru, v. 8, n. 1, 2004.

TOZONI-REIS, M. F. C. **Formação dos educadores ambientais e paradigmas de transição**. Ciência & Educação, 8 (1), 83-96. 2019.

VASQUEZ, J. C. **Gestão ambiental empresarial**. São Paulo: Saraiva, 2012.

VELASCO, Sírio Lopez. **Algumas reflexões sobre a PNEA (Política Nacional de Educação Ambiental, Lei nº9795 de 27/04/1999)**. Revista de Educação Ambiental da FURG, v.8, jan/jun. 2017.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Editora ATLAS, 2000.

ZILIOOTTO, D.M., BERTI, A.R; **A aprendizagem do aluno inserido em Empresa Júnior**. *Conexão UEPG. Feevale*. Novo Hamburgo, p. 210-217, 2012.